

Título do capítulo	CAPÍTULO 12 TRABALHO DE CAMPO
Autores(as)	
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap12

Título do livro	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
Organizadores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
Volume	5
Série	Fronteiras do Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-007-3
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/porta/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

TRABALHO DE CAMPO¹

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo relata as atividades realizadas na região visitada, complementarmente à oficina de trabalho. Inicialmente, divulgam-se as entrevistas feitas com agentes públicos, instituições não governamentais e pesquisadores dos municípios e da região. Foram entrevistados, de forma indireta, Alejandro Massucco, cônsul da República Argentina em Uruguaiana; Argemiro Rocha, presidente da organização não governamental (ONG) Atelier Saladero; e Eliseo Salvatierra Gimenes, responsável pela Assessoria de Relações Internacionais do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Para esses entrevistados, após um contato prévio, enviou-se por correio eletrônico um conjunto de questões norteadoras propostas pela equipe (anexo 3), das quais deveriam ser respondidas apenas aquelas que dissessem respeito específico a sua área de atuação. As respostas retornaram por escrito. Outro agente público, o senhor Paulo Lemos, ex-Fuzileiro Naval em Barra do Quaraí, foi entrevistado pela equipe, e neste capítulo se inclui a íntegra da conversa.

Na sequência, relatam-se as atividades realizadas em Barra do Quaraí e Bella Unión, no Uruguai, em 21 de novembro de 2017, com destaque para: *i*) participação na sessão da Câmara de Vereadores de Barra do Quaraí; *ii*) visitas técnicas ao Parque Estadual do Espinilho, também nesse município; e *iii*) visita técnica à empresa Alcoholes del Uruguai (Alur), no município de Bella Unión. No texto, sintetizam-se os principais termos do Acordo das Cidades-Irmãs Barra do Quaraí (Rio Grande do Sul)-Bella Unión (Uruguai)-Monte Caseros (Argentina), para cuja cerimônia de assinatura, no Parque de Los Pinus, em Bella Unión, a equipe foi convidada e esteve presente.

O capítulo conclui com a sumarização das principais observações colhidas durante a atividade de leitura do espaço dos arranjos transfronteiriços de Uruguaiana (Rio Grande do Sul), Paso de los Libres (Argentina) e Barra do Quaraí (Rio Grande do Sul), Bella Unión (Uruguai) e Monte Caseros (Argentina).

2 ENTREVISTAS COM AGENTES PÚBLICOS DO ESTADO E DE MUNICÍPIOS

2.1 Consulado da República Argentina em Uruguaiana

Entrevistado: Alejandro Massucco²

La faja de frontera presenta grandes oportunidades de desarrollo. Existe como instrumento para ello el Acuerdo de Localidades Fronterizas Vinculadas.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap12>

2. Cônsul da Argentina em Uruguaiana. Respostas às questões norteadoras formuladas pela equipe do Ipea, enviadas por e-mail em 18 de janeiro de 2018, às 15h54.

Este permite, entre otras ventajas, la utilización de la Tarjeta Vecinal Fronteriza (TVF) que actualmente da la Dirección de Migraciones y que permite facilitar el flujo vecinal y de camiones.

Es necesario mayor compromiso de los ejecutivos de las ciudades vinculadas para poner en marcha este convenio que posee muchas más ventajas.

No hay en la actualidad una mejora visible de logística, salvo el desarrollo aeroportuario del lado brasileño, por el contrario la desaparición del tren por decisión de la Rumo³ ha causado un perjuicio económico muy grande a la frontera Sur y a la infraestructura vial. Brasil no cumple con lo acordado en Recife respecto a la duplicación de la BR-290. Falta duplicar 680 km.

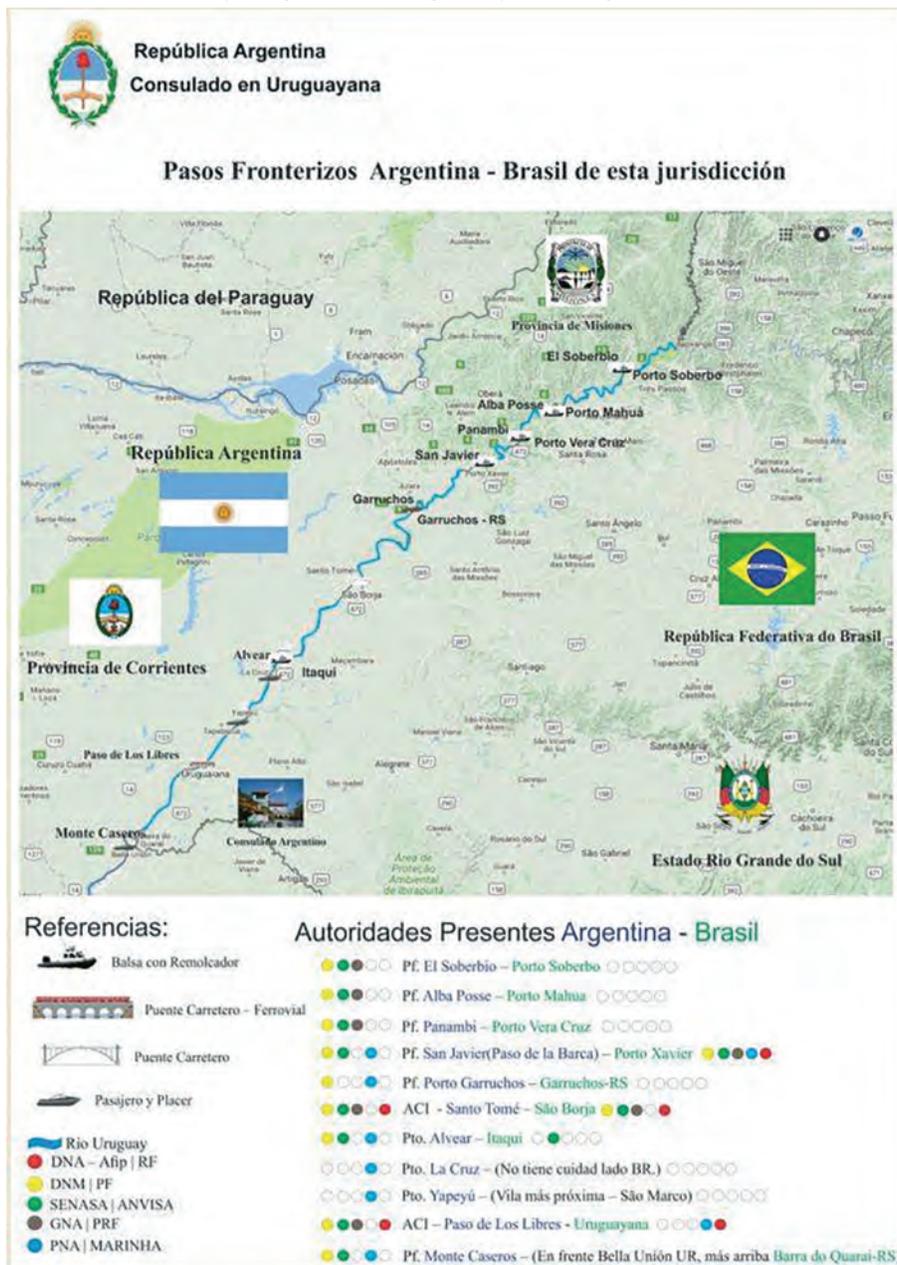
La Policía Federal de Brasil se retiró del Acción Conjunta de Integración (ACI), en 2014, y aun no regresó, causando graves problemas al haber un doble control en este puente internacional. Falta personal de la Policía Federal en otros puntos de ingreso migratorio al Brasil. Esto deja ciudadanos argentinos irregulares en territorio de este país, con consecuencias muy graves desde el punto de vista legal (multas, no poder denunciar robos etc.).

Poco a poco se avanza en una mayor señalización e integración en cuenta al turismo y a los turistas, aunque sigue siendo deficiente. Las Fuerzas Armadas de ambos países realizan ejercicios conjuntos y mantienen excelentes relaciones.

Sugiero ver página de Facebook de este consulado con pasos fronterizos y controles (figura 1). Se remite acta de la XII Reunión del Comité de Integración Fronteriza Paso de los Libres-Uruguayana (apêndice 3).

3. Companhia ferroviária e de logística, resultante da fusão da antiga América Latina Logística (ALL) com a Rumo Logística, em 2015.

FIGURA 1
Passos fronteiriços Argentina-Brasil (jurisdição de Uruguiana)



Fonte: Consulado de Uruguiana/Argentina.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

2.2 ONG Atelier Saladero

2.2.1 Aspectos gerais da fronteira do arco Sul

Entrevistado: Argemiro Rocha⁴

O cidadão médio da região não tem uma percepção clara da faixa de fronteira. Entre as pessoas que conhecemos, ninguém ficou sabendo de um empreendimento que tenha sido impedido de ser feito em razão da faixa de fronteira.

As oportunidades e dificuldades do morador dessa região estão relacionadas com a questão cambial. Há ciclos bem diferenciados. Quando a moeda nacional está desvalorizada, há uma boa oferta de trabalho no comércio de Barra do Quaraí e região, onde empreendimentos comerciais são abertos e outros são ampliados. O mercado imobiliário fica aquecido, principalmente no ramo de aluguéis, que recebe uma pressão de novos moradores e de estrangeiros que se mudam para o lado brasileiro em busca de custos menores.

Quando há uma valorização da moeda nacional diante da moeda do país vizinho, há vantagens de compras em alguns produtos na cidade-gêmea estrangeira, no caso Bella Unión, mas a situação de emprego e renda fica caótica. Nesse ciclo depressivo na fronteira, é comum famílias inteiras migrarem para grandes centros, outros estados, e os estabelecimentos comerciais definham, encerrando suas atividades – muitos imóveis residenciais são fechados.

2.2.2 Qual é o grande problema transfronteiriço do arco Sul?

Em uma visão superior, é a questão cultural. Temos populações pouco interessadas no estudo e no desenvolvimento dos valores regionais, com discernimento limitado da própria identidade, apesar de viverem em um território com potencialidades imensas, tanto históricas quanto culturais, turísticas, sociais e ambientais. A grande riqueza de uma fronteira está na integração e o seu grande problema é o isolamento.

No aspecto econômico, o problema reside na dependência da questão cambial e no fato de grandes parcelas dos empregos ficarem sujeitas às flutuações cambiais – não há uma matriz econômica própria da cidade (Barra do Quaraí). A agricultura é de monocultura mecanizada, arroz e pecuária bovina, com baixo nível de utilização de mão de obra. A industrialização no município é inexistente e houve, na região (aqui falando de Uruguaiana), uma desindustrialização nas últimas décadas, fechando frigorífico, lanifício, curtume e usina termoeletrica que estava com a capacidade instalada ociosa.

4. Presidente da ONG Atelier Saladero. Respostas às questões norteadoras formuladas pela equipe do Ipea, enviadas por e-mail em 12 de dezembro de 2017, às 20h10.

Em Barra do Quaraí, as ações positivas foram os investimentos habitacionais. Não houve ações eficazes para a geração de emprego e renda, seja no médio ou no longo prazo. Não se observa um esforço concentrado em investimentos em equipamentos educacionais, como *campus* universitário ou escolas técnicas federais, atendendo a uma clientela nacional e trinacional, aproveitando a vocação de tríplice fronteira. Além disso, não se constata o aproveitamento do potencial turístico regional, entendendo o fato de se estar no corredor alternativo que une Buenos Aires ao litoral brasileiro e Montevidéu a Assunção ou Foz do Iguaçu.

O município não tem representação política nas instâncias federal e estadual. Na região, existe uma representação política estadual mais próxima. Na esfera federal, essa representação fica restrita aos temas do agronegócio. As articulações políticas dos representantes locais, no entanto, têm oportunizado alguns investimentos via emendas parlamentares.

2.2.3 Faixa de fronteira

Ela deveria ficar restrita às cidades gêmeas da linha de fronteira, acompanhada de uma área prioritária para investimentos públicos, uma vez que o investimento privado tem dificuldades de acontecer devido à afastada localização (cidades longe dos grandes centros).

Falta, no entendimento desta ONG, a percepção, por parte dos governos e da tecnocracia brasileira, de que a soberania territorial é garantida pela presença dos moradores na fronteira – essas populações, porém, apresentam um nível baixo de renda, de cultura, e muitos indivíduos vivem em um estado lamentável de vulnerabilidade social. O Nordeste brasileiro é um exemplo de como o investimento prioritário transforma a região. A fronteira Sul, por sua vez, apresenta, principalmente quando a economia da fronteira está em baixa, situações de vulnerabilidade social extrema.

2.2.4 Políticas e acordos

Uma política pública eficaz tem sido a interação nas estruturas de saúde, a qual permite que moradores brasileiros recebam o pronto atendimento de emergência no hospital de Bella Unión (Uruguai). Em sequência, o Programa Mais Médicos possibilitou a presença de médicos estrangeiros (cubanos e uruguaios), garantindo um patamar razoável no atendimento básico da saúde. Ademais, a futura implementação dos *free shops* no lado brasileiro sinaliza, de forma positiva, a ampliação das oportunidades econômicas.

As ações ou os acordos em infraestrutura ficaram restritos à manutenção da Ponte Internacional pelos uruguaios, conforme o acordo feito entre o Brasil e o Uruguai – a construção coube ao Brasil e a manutenção, ao país vizinho. Ademais, recentemente, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) disponibilizou vagas

para uruguaio e argentinos estudarem, mas a efetiva presença de estudantes estrangeiros é ainda bastante tímida.

2.2.5 Meio ambiente e desenvolvimento

O potencial ambiental desse território é considerável: há riquezas que só existem aqui. A reserva do Espinilho, por exemplo, é única em todo o Brasil. Nesse contexto, universidades e pesquisadores chegam até o município, fazem os seus estudos, realizam suas pesquisas, coletam os materiais de que precisam e vão embora levando consigo todo o conhecimento. Não fica quase nada na região para auxiliar o seu desenvolvimento em diversas áreas, seja para melhor entender o ambiente e preservá-lo, seja para fomentar uma atração turística. Acrescente-se a isso que as reservas ambientais sofrem com o abandono e a falta de investimentos – o Brasil não enxerga essas regiões. À margem das instituições públicas, a sociedade civil organizada tem encontrado uma “tábua de salvação” na integração promovida com instituições do Uruguai e da Argentina.

A união das ONGs da tríplice fronteira, que teve início em 2004, vem possibilitando a realização de projetos e permutas de experiências e conhecimentos bastante válidos em um conjunto de atividades, envolvendo universidades uruguaio e argentinas, bem como pesquisadores, historiadores e ambientalistas, partilhando saberes sobre a região trinacional e produzindo conteúdos em diversas áreas. Tais pesquisas têm sido feitas de forma voluntária e isolada, restrita a aspectos culturais e históricos da região. Os centros de excelência em pesquisa em nosso país não despertaram para essa região.

Na constituição do Conselho do Parque Estadual do Espinilho, por motivação da sociedade civil, efetivaram-se ainda mais os laços de integração, fazendo constar a participação de ONGs do Uruguai e da Argentina, com cadeira e direito a voto no referido conselho de uma reserva brasileira, tornando-o um conselho de gestão trinacional.

Dessa maneira, vive-se, na região, uma situação de baixo nível de conflito; a ONG Atelier Saladero integra o Comitê de Bacia do Rio Quaraí, que é binacional, participando dos fóruns de órgãos públicos e da sociedade civil no que tange à proteção ambiental do rio. Esse espaço tem incentivado a junção das forças vivas da sociedade e possibilitado um processo de integração de referência trinacional por meio das ações da Atelier Saladero, que apresentou o projeto do Corredor Biológico Trinacional, o qual envolve reservas naturais do Brasil, do Uruguai e da Argentina.

2.2.6 Migrações

Ocorreram avanços na regularização da documentação de brasileiros e residentes, o que foi fruto dos acordos do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Aqui no Brasil, não houve um fluxo migratório significativo de estrangeiros – alguns poucos

cubanos, que foram integrados à comunidade, e uruguaios, que preferiram residir em Barra do Quaraí pela vantagem de aluguel e tarifas de água e energia, embora trabalhem no seu país. A gestão pública do estado parece inexistente e a do município fica restrita à inclusão na rede de saúde. A ONG tem feito alertas periódicos sobre as diferenças de legislação na região trinacional, as quais têm impedido o meio ambiente de ser preservado como deveria.

No seu aspecto mais global, o Mercosul é um processo de integração das grandes empresas nacionais e transnacionais, ficando a fronteira como um mero corredor rodoviário desse fluxo comercial. Fora desse aspecto pragmático, sua presença não é sentida pela população fronteiriça.

Dessa forma, os principais desafios são o fortalecimento de uma educação transfronteiriça; o estímulo à cooperação e ao entendimento dos povos da fronteira, muito além dos limites políticos, em prol de uma cultura comum, de uma história, de uma convivência e de costumes; e, em seguida, o incremento da base econômica, a fim de garantir um patamar de renda para a população dos três lados da fronteira.

A integração está caminhando em passos lentos, até porque há uma mudança de mentalidade necessária para a aceleração do processo. Ações individuais promovidas pela sociedade civil, formalizadas no Movimento Transfronteiriço de ONGs (Brasil, Uruguai e Argentina), têm demonstrado aos próprios governos o potencial para que ocorram práticas que integrem tanto as ações públicas como as culturais, ambientais e turísticas.

São necessárias políticas de investimento no setor de educação: um *campus* de universidade atenderia à escala da região, tendo como centro Barra do Quaraí. Uma experiência que serve como exemplo para a cidade é a universidade trinacional: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu. Além do impacto econômico, teríamos uma mudança no perfil cultural e uma maior visibilidade para a região.

2.2.7 Gestão urbana

Barra do Quaraí se beneficia bastante da oferta de equipamentos e serviços provindos de Bella Unión (cidade gêmea), como ambulâncias, hospitais, médicos, bombeiros, limpeza de fossas etc. A contrapartida de empréstimos e serviços da municipalidade brasileira não se verifica, pois encontra obstáculos legais e aduaneiros para acontecer, impedindo a cooperação entre as cidades.

No planejamento e na gestão pública, existe um nível muito precário de integração. Quanto à gestão da saúde, é o setor com maior integração e no qual os avanços foram mais expressivos – há oferta de equipamentos de limpeza de fossa, caminhões de bombeiro. No aspecto cultural, a integração tem contado com iniciativas não governamentais, livres das amarras legais, que têm gerado bons resultados.

É possível exemplificá-las com o Pedalando Trinacional – Mexilhão-Dourado, que contou com mais de uma centena de jovens e atletas de várias nacionalidades com uma motivação de educação ambiental.

Quanto à mobilidade entre as cidades, ela é feita por uma empresa de ônibus uruguaia que oferta o serviço de transporte de forma razoável, bem como por táxis de ambas as cidades, norteada pela regra de embarque no país da matrícula do carro. Assim, o táxi uruguaio embarca os passageiros no Uruguai e o brasileiro embarca no lado brasileiro. No que tange ao movimento pendular de jovens, há o caso de filhos de casais, dos quais um cônjuge é nacional e o outro é uruguaio, que preferem estudar no Uruguai pela qualidade da educação do país vizinho.

2.2.8 Plano Diretor

Não há preocupação em compatibilizar os planos diretores das cidades vizinhas. Não existem, tampouco, planos regionais que transcendam os limites fronteiriços.

A ONG não considera os meios de regulação interfederativa eficientes. Um exemplo é a questão da proteção ambiental quanto à piracema, em que o Brasil estabelece o período de proteção para a reprodução e o Uruguai não estabelece. Como o rio é o mesmo, isso faz com que o pescador brasileiro não pesque, mas o vizinho fique liberado. Outro exemplo de falta de uniformidade é a utilização de agrotóxicos – a lei brasileira é mais protetiva ao meio ambiente. Essa falta de uniformidade favorece, inclusive, o contrabando de agrotóxicos, que são vendidos no Uruguai de forma abundante.

2.2.9 Defesa e segurança

A fiscalização da fronteira fluvial é extremamente precária, ocorrendo de maneira esporádica. Apesar da boa relação entre as forças de segurança de ambos os países, não há um banco de dados comum, nem sequer operações conjuntas sistemáticas.

O perfil do delinquente é o indivíduo que pratica o crime do abigeato no campo e pequenos furtos na cidade. Cabe registrar o aumento da presença do tráfico de drogas de alto poder viciante, como o crack. Essa mudança tem elevado os níveis de criminalidade na cidade – ainda que o efetivo policial venha diminuindo. Nesse sentido, a população mais antiga frequentemente lembra os tempos dos Fuzileiros Navais, quando a ordem e a paz eram mantidas.

2.3 IFFar⁵

Entrevistado: Eliseo Salvatierra Gimenes⁶

2.3.1 Aspectos gerais da fronteira do arco Sul

O IFFar está localizado na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. Possui *campi* nas cidades de Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana. Dois desses *campi* fazem fronteira com a Argentina, com as cidades de Passo de los Libres e Santo Thomé.

Nossa percepção quanto à faixa de fronteira é que ela se constitui de um espaço de vulnerabilidade social e econômica, o que se reflete no desempenho dos alunos em sala de aula. O IFFar tem tentado contribuir para a mudança dessa realidade, ofertando cursos que estão alinhados aos arranjos produtivos locais, sejam eles superiores, técnicos ou de formação do trabalhador. Na educação, contudo, muitos são os desafios, e em sua grande maioria de ordem burocrática. Assim, quando pensamos em alinhar as ações com os países vizinhos, iniciam-se as dificuldades de língua, território, acessos, documentação e validação. Enfim, há muitas dificuldades, as quais já foram debatidas com os órgãos responsáveis em diversos momentos, mais especificamente desde 2010, porém sem soluções que facilitem nossa interação com os países vizinhos.

Segundo a Constituição Federal brasileira, a largura da faixa de fronteira é de 150 km, compreendida entre o Brasil e dez países da América do Sul, com exceção de Chile e Equador – é, portanto, constitucionalmente definida como a faixa de até 150 km de largura, “ao longo das fronteiras terrestres (...) considerada fundamental para a defesa do território nacional (...), cuja ocupação e utilização sofrem restrições legais”.⁷ Sobre a adequação de sua largura de 150 km para o recorte do arco Sul, não saberíamos precisar, já que o art. 2^a da Lei nº 2.597/1955 estabelece que é “considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação”.⁸

5. As respostas foram elaboradas a partir da visão de uma instituição de educação. Para algumas questões, contudo, não houve condições de avaliação, devido à especificidade do tema.

6. Chefe da Assessoria de Relações Internacionais do IFFar em Santa Maria (Rio Grande do Sul). Respostas às questões norteadoras formuladas pela equipe do Ipea, enviadas por *e-mail* em 27 de dezembro de 2017, às 14h45.

7. Disponível em: <<http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaofederalde88.pdf>>.

8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2597.htm>.

2.3.2 Oportunidades e dificuldades

Na faixa de fronteira, considera-se a educação, em todos os seus níveis e modalidades, como uma oportunidade – e como uma dificuldade o acesso a ela. Dada a baixa densidade demográfica, provocada em grande parte pela vocação “atlântica” do país, associada às grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, a faixa de fronteira experimentou um relativo isolamento que a colocou à margem das políticas de desenvolvimento. Como consequência, esse processo tem contribuído para a formação de um cenário particular, marcado, sobretudo, pelo desenvolvimento de uma identidade própria muito influenciada pelas comunidades vizinhas na fronteira.

2.3.3 Grande problema transfronteiriço do arco Sul

Há vários problemas, e os mais importantes são a falta de oportunidades na educação e a carência de empregos. Outros seriam: tráfico de pessoas, entorpecentes, armas de fogo, munições e explosivos; contrabando (veículos, cigarro); pirataria (CDs, bebidas, eletrônicos); sonegação; ocorrência de crimes transnacionais; existência de conflitos fundiários; evasão de divisas; imigração ilegal; crimes ambientais e desmatamento ilegal (estados amazônicos fronteiriços); problemas indígenas; garimpos ilegais e trabalho escravo; acesso à educação nos dois países; documentos comuns aos dois países; e ensino da língua espanhola nas escolas brasileiras e do português nas argentinas, uruguaias e paraguaias.

2.3.4 Ações para a melhoria da faixa de fronteira

É preciso celebrar acordos internacionais que visem à dupla cidadania e ao atendimento aos cidadãos (Brasil e países da fronteira) em todos os aspectos (saúde, educação, assistência social etc.), além do livre-comércio, principalmente nas cidades gêmeas; impulsionar financiamentos voltados especificamente às cidades fronteiriças; apoiar direta e constantemente o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para a efetivação das políticas públicas junto aos órgãos; investir em cursos e na atualização dos técnicos nos estados; prover maior segurança nas fronteiras, com a finalidade de inibir o tráfico de drogas, produtos e pessoas; e investir em infraestrutura econômica, que gerará desenvolvimento e progresso.

2.3.5 Representação política

O município e a região têm representação política em instância de poder federal ou estadual (deputados, senadores e outros).

2.3.6 Políticas e acordos

Entre as políticas públicas que conhecemos e que foram implementadas na faixa de fronteira, está o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). O recente PDFF talvez seja o programa que possua em sua proposta o maior

caráter de integração, tanto no sentido de defesa-desenvolvimento quanto no de Estado-sociedade, incluindo a ampliação do relacionamento entre Executivo e Legislativo federais e entre o poder local e o estadual, envolvendo até mesmo cidades e regiões fronteiriças de países vizinhos.

Em termos de ações ou acordos em andamento para a melhoria da infraestrutura econômica e da logística, e também para a ampliação tecnológica (pesquisa em universidades, institutos federais etc.), no próprio estatuto da fronteira constam as iniciativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Unipampa. Já quanto ao IFFar, existem convênios (protocolos de intenções vigentes) com a Universidad del Trabajo del Uruguay (UTU) e a Universidad Tecnológica del Uruguay (UTEC), assim como há tratativas com a Universidad de la República (Udelar), também do Uruguai, e com instituições argentinas como a Universidad Nacional del Nordeste (UNNE) e o Instituto de Capacitación y Desarrollo Empresarial (INCADE).

Quanto aos acordos firmados com o intuito de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão com o IFFar, esses estão sendo efetivados. O Mercosul, criado em março de 1991 pelo Tratado de Assunção, embora ostente em sua denominação “mercado comum”, tornou-se uma união aduaneira no início de 1995 e, até o momento, não passa de uma união aduaneira imperfeita – quando muito. Possui quatro membros ativos (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), pois a Venezuela continua suspensa. Segundo a Decisão nº 32, de 2000, do Conselho do Mercado Comum, os Estados-membros do Mercosul somente podem negociar tratados de preferências tarifárias conjuntamente. Com relação à pergunta sobre o atendimento ou não das necessidades das relações transfronteiriças, ao meu modo de ver, ele não acontece.

2.3.7 Desafios da faixa de fronteira do arco Sul

É preciso ter uma contínua discussão e melhoria do estatuto da fronteira como marco regulatório para o desenvolvimento regional e a integração com os países limítrofes. Com relação a esse estatuto, conhecemos o elaborado entre o Brasil e o Uruguai, em Brasília, pela editora Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG),⁹ de acordo com Pucci (2010).¹⁰

Sob o ponto de vista educacional, os desafios são as dificuldades já apontadas: acesso ao país vizinho, ensino da segunda língua, fomento das ações (programas voltados à fronteira) e qualificação profissional. A falta de políticas públicas integradas, portanto, está em vários estados – isso pode causar, por exemplo, o tráfico

9. Vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

10. Pucci, A. S. *O estatuto da fronteira Brasil-Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora FUNAG, 2010.

transnacional de drogas e armas de fogo, o contrabando de veículos, medicamentos e cigarros, os conflitos fundiários, a evasão de divisas, o desmatamento, o tráfico de pessoas e o trabalho escravo.

Esses são apenas alguns dos crimes que desafiam as autoridades e dificultam a vida dos cidadãos. O debate sobre as fronteiras está intimamente ligado às áreas de educação, saúde, assistência social, transporte, urbanização, logística, meio ambiente, turismo e, principalmente, segurança pública. As fronteiras não são uniformes e uma só política não pode dar conta da complexidade de redes que se constroem nessas regiões.

2.3.8 Meio ambiente e desenvolvimento

As políticas públicas estão entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório: por um lado, elas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país; por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental.

2.3.9 Medidas voltadas ao desenvolvimento regional e sua conciliação com o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

O PDFF, em linhas gerais, está alinhado ao ZEE e tem como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a proteção ambiental. Para tanto, ocorre um diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional e o estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada, definindo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou à correção de eventuais impactos ambientais danosos.

2.3.10 Migrações

Desconhecemos o posicionamento da gestão pública do estado e do município. Deve-se atender, porém, à Lei de Migração – Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 –, que traz avanços fundamentais para as garantias de direitos e da proteção da pessoa migrante. Os próximos passos apontam nas direções a seguir.

- Assegurar que a regulamentação preserve esses avanços e que a lei não seja desfigurada nesse processo.
- Reivindicar a imediata definição do organismo de governo que será responsável pela condução das políticas migratórias.
- Buscar reverter de alguma forma os vetos presidenciais, sobretudo os que atingiram os povos indígenas e aquele que negou a anistia aos migrantes que se encontram em situação irregular.

- Promover campanhas educativas e de esclarecimentos sobre a necessária implementação da lei, de modo a combater, no campo das ideias, os setores contrários à migração, o que não significa diminuir a atenção sobre possíveis atitudes mais agressivas, que requererão denúncia junto às autoridades policiais.

2.3.11 Gestão urbana

Na avaliação consultada, há a pulverização de recursos em investimentos com baixa conexão e a execução fragmentada de projetos, com o consequente impacto negativo na geração de emprego e renda.

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que o modelo de monitoramento e avaliação utilizado pelos agentes executores das políticas de fronteira não apresenta dados com suficiência, correlação e interconexão requeridas para subsidiar as ações integradas. Além disso, não permite a análise, com a devida transparência, de falhas e sucessos ocorridos, condição essencial às tomadas de decisão em políticas públicas. Ademais, as avaliações formais, sistemáticas e periódicas sobre o desempenho integrado dos órgãos governamentais na área de fronteira são insuficientes.

Para o relator do processo, ministro Augusto Nardes, o cenário ilustra a necessidade da construção e formalização de uma estrutura supraorganizacional responsável pelo monitoramento e pela avaliação da execução da política em prol do alcance dos objetivos.

Apurou-se, também, a inexistência de um sistema de gestão de riscos capaz de identificar e gerenciar eventos que afetem os objetivos das ações governamentais na zona de fronteira. Das análises realizadas, o TCU observou incongruências entre os órgãos responsáveis. Enquanto o Ministério da Defesa (MD) informa existir uma estrutura de gerenciamento de riscos para o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), outros órgãos, também coordenadores do plano, afirmaram em sentido diverso. No texto, o ministro-relator também apontou que a ausência de uma estrutura de gerenciamento de riscos dificulta a identificação, a avaliação e as respostas aos riscos, possibilitando que cada instituição envolvida na política utilize seu próprio método de gerenciar riscos e comprometendo a capacidade dos coordenadores de implementar medidas adequadas quando da ocorrência de eventos capazes de afetar o alcance dos objetivos programados.¹¹

Como resultado dos trabalhos, o TCU recomendou aos coordenadores da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) e do PEF que apresentem um modelo de monitoramento e avaliação da

11. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-governanca-em-aco-es-de-faixa-de-fronteira.htm>>.

política. Esse modelo deverá ser constituído por processos, procedimentos e meios suficientes, de maneira que se obtenham dados confiáveis e relevantes, capazes de dar suporte aos relatórios de desempenho da política e à aferição dos resultados esperados. Os órgãos responsáveis também deverão desenvolver instrumentos supraorganizacionais de gerenciamento de riscos da política, suficientes para garantir continuamente a identificação, a avaliação, a comunicação, o tratamento e o monitoramento de riscos. A CDIF é coordenada pelo MDR, enquanto o PEF é coordenado pelos ministérios da Defesa, da Fazenda e da Justiça e Segurança Pública.

2.3.12 Compatibilidade entre planos diretores municipais

No caso da fronteira entre Livramento e Rivera, criou-se um plano de gestão conjunta, mediante operações urbanas consorciadas, que incluiriam ações de urbanização e regularização na faixa de domínio. Assim, percebe-se que a leitura das questões internacionais desse Plano Diretor está menos relacionada com a globalização que com as relações de interdependência entre as duas cidades vizinhas, pois os programas e projetos deveriam ser coordenados binacionalmente, como questões urbanísticas, ainda que se respeitando as peculiaridades de cada cidade.

2.4 Fuzileiros Navais

Entrevistado: Paulo Lemos¹²

Local: Ipea/Brasília

Data: 12 de dezembro de 2017

Entrevistadores: Bolívar Pêgo, Maria Nunes e Rosa Moura (ambas por Skype)

Bolívar Pêgo

Vamos começar uma entrevista com o senhor Paulo Lemos, um militar que trabalhou na fronteira de Barra do Quaraí com o Uruguai (Bella Unión). Senhor Paulo, muito obrigado por nos atender. No decorrer da nossa conversa, trataremos de temas como as suas atividades, os anos em que viveu lá, os trabalhos desenvolvidos, e também sobre como era a fronteira, sobre os problemas, o que havia de positivo e funcionava naquela época. Depois, vamos comparar com o que acontece na fronteira atualmente. O que melhorou e o que piorou desde então?

12. Suboficial Fuzileiro Naval reformado (serviu às Forças Armadas no município de Barra do Quaraí).

Paulo Lemos

Eu que agradeço pelo convite. Sou filho de Santa Maria, bem no centro do Rio Grande do Sul, e não conhecia aquela região. Em 1967, atingi a idade do serviço militar e não queria servir ao Exército como soldado comum, mas em alguma atividade diferenciada. Logo em seguida, descobri que em Uruguaiana havia Fuzileiros Navais, e eu havia assistido a um desfile militar com Fuzileiros e aquilo me deixou motivado. Então, consegui chegar à Uruguaiana, apesar de uma seleção bastante difícil, de apenas quarenta militares para formar o pelotão de Fuzileiros, mas a finalidade era justamente assumir o destacamento da fronteira.¹³ Guarnecíamos aproximadamente 850 km de fronteira, que começava lá em Barra do Quaraí.

Barra, naquela época, não era município, era o segundo distrito de Uruguaiana. Em 1968, quando eu e mais dez colegas fomos designados para servir lá, o distrito tinha cerca de 1.800 pessoas. Era um destacamento, comandado por um sargento, e éramos as autoridades locais, pois existiam lá quatro soldados da Brigada Militar e mais ninguém. Então, nós guarnecíamos a ponte de ferro – a ponte de concreto, se não me engano, foi inaugurada em 1976. Tínhamos um posto de Fuzileiros com trabalho 24 horas por dia. O que me chamou atenção é não haver alguém lá agora. Isso foi reclamado por algumas pessoas que moram na cidade, mais antigas, que estavam preocupadas com o abandono, e também foi apontado em um documento da ONG Atelier Saladero, por meio do seu presidente, Argemiro Rocha.

Nas palavras dos moradores, eles dizem se sentir abandonados; falam que, durante a noite, escuta-se um movimento muito grande de carros pesados passando pela ponte, mas ninguém se anima a sair até lá para ver o que está acontecendo – do nosso lado, claro. Na nossa época, ficávamos lá, dois Fuzileiros Navais, por 24 horas, e mantínhamos a ordem e a segurança, principalmente na identificação. Jamais entrava alguém no nosso país, por ali, de que não tomássemos conhecimento – dependendo de onde o indivíduo vinha, para onde ia, ficava tudo registrado.

13. O Grupamento de Uruguaiana foi ativado em 1956, tendo um efetivo de aproximadamente quatrocentos homens, sob o comando de um Capitão de Fragata Fuzileiro Naval. Os destacamentos passaram a existir a partir de 1954, e os primeiros Fuzileiros Navais que chegaram à Uruguaiana datam de 1948, ficando aquartelados em uma unidade do Exército Brasileiro localizada no município. A desativação dos destacamentos e do Grupamento de Fuzileiros Navais de Uruguaiana ocorreu em 1976. Destacamentos que existiam nas fronteiras do Brasil com o Uruguai e a Argentina: *i)* Barra do Quaraí, fronteira com o Uruguai (efetivo de aproximadamente 25 homens, tendo um Sargento como comandante); *ii)* Ponte Internacional, em Uruguaiana (efetivo de aproximadamente trinta homens, tendo um Sargento como comandante); *iii)* São Marcos (efetivo de aproximadamente vinte homens, tendo um Sargento como comandante); *iv)* Itaqui (efetivo de aproximadamente trinta homens, tendo um oficial subalterno como comandante); *v)* São Borja (efetivo de aproximadamente quarenta homens, tendo um oficial subalterno como comandante); *vi)* Vila Garruchos (efetivo de aproximadamente vinte homens, tendo um Sargento como comandante); *vii)* Porto Xavier (efetivo de aproximadamente 25 homens, tendo um Sargento como comandante); *viii)* Porto Lucena (efetivo de aproximadamente 25 homens, tendo um Sargento como comandante); *ix)* Porto Mauá (efetivo de aproximadamente 25 homens, tendo um Sargento como comandante); *x)* Alto Uruguai (efetivo de aproximadamente 25 homens, tendo um Sargento como comandante); e *xi)* efetivo agregado à Delegacia dos Portos de Foz do Iguaçu/Paraná (quarenta homens, tendo um oficial intermediário como comandante). Atualmente, há um Grupamento de Fuzileiros Navais na cidade de Rio Grande (Rio Grande do Sul), com um efetivo de aproximadamente quatrocentos homens, comandados por um Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval.

É verdade que nós estávamos em um período de governo militar, era outra situação, e até levo isso em consideração. Mas o que achei estranho é agora não haver ninguém para receber as pessoas que estão entrando em nosso país. Os indivíduos que moram lá se sentem inseguros. Eu não uso mais farda, mas o uniforme da Associação dos Veteranos chama atenção pelo nosso gorro de fita, que é o símbolo dos Fuzileiros Navais. Recentemente, ao visitar a cidade, algumas pessoas vieram me perguntar se estávamos voltando para a região. Disse que não, que estava lá por uma visita de cortesia. Fiquei surpreso, pois ia fazer uma palestra sobre cidadania em uma escola e eles acabaram me levando para a Câmara dos Vereadores – os alunos estavam todos lá. Aproveitei e fiz uma palestra mais para os jovens, os incentivando e motivando a servir à Marinha.

Atualmente, a região está bastante desprotegida, do ponto de vista da segurança. Economicamente, acredito que tenha sido muito bom para Barra do Quaraí a emancipação de Uruguaiana, em 22 de outubro de 1995, pois o comércio evoluiu e a população aumentou – há mais ou menos 5 mil pessoas residindo ali, não somente na cidade, mas em todo o município. Naquela época, nem tínhamos energia elétrica; havia um gerador a óleo *Diesel* que era ligado às 19h e desligado às 23h, e a vila ficava às escuras. Dessa maneira, nós é que fazíamos o controle na parte de segurança. Além disso, o grupamento de Uruguaiana era a base de todos os militares que serviam naquela região – servi durante todo o ano de 1968 ali. Lembro-me de ficar impressionado, já que tinha saído de um centro maior, de Santa Maria, na época já com mais de 200 mil habitantes, e fui morar em uma cidade bem menor, que não tinha recurso algum. Entre nós, a maioria jovens, não tínhamos lazer – quando terminávamos o expediente e o clima favorecia, particularmente no verão, era apenas tomar banho no rio Quaraí ou jogar futebol dentro do destacamento.

Bolívar Pêgo

Os Fuzileiros ficavam ali naquele prédio à margem do rio Quaraí?

Paulo Lemos

Exatamente. E, para a minha tristeza, o prédio está ocupado por pelo menos seis famílias, uma invasão. Aquilo era um “brinco”, de arrumação, limpeza, organização. Morávamos ali uns trinta militares. Tudo era precário na vila, mas ali tínhamos o necessário, o básico para levarmos uma vida digna. Só que tudo era difícil. Nosso cozinheiro era um militar bastante antigo e não tínhamos fogão a gás, só à lenha, e era preciso embarcar lenha em uma chalana, que era um barco menor. Íamos cortar essa lenha lá na Ilha Brasileira, em quatro, remando até lá, e enchíamos todo o barco – não havia espaço para os quatro embarcarem, era perigoso até naufragar. Então, nos revezávamos, um em cima, direcionando o barco, e os outros

três nadando e empurrando. Era assim que a coisa funcionava, era bem difícil. Tínhamos um bom preparo para poder fazer isso.

Atualmente, tenho apenas lembranças boas, apesar de todas essas dificuldades. Posso dizer que naquela época aprendi o que é ser cidadão brasileiro, pois me foi dado o conhecimento de como desenvolver uma cidadania. Nós tratávamos muito bem as pessoas e elas retribuía. Quando entrei, lembro que fiz um juramento, e nele o que mais me marcou foi “defender a nossa nação com o sacrifício da própria vida”. Fiz toda a minha carreira na Marinha, servi à Marinha e a Marinha me serviu.

Mesmo depois de tanto tempo na reserva, não me recusarei jamais, seja onde for do território brasileiro, para onde for chamado, se houver uma necessidade, estarei à disposição, pois para mim ainda valem aquelas palavras do juramento. Isso porque, naquela situação difícil da região onde vivemos, fomos ameaçados algumas vezes de invadirem o território (invasão dos tupamaros).¹⁴ Era outra época, outra realidade, mas aconteceu. O serviço de inteligência nos alertou que algumas pessoas estavam pensando em tomar nossos armamentos. Imaginem, naquela região, se a invasão tivesse se concretizado, com apenas nós na fronteira? Até chegar o reforço, já teriam acabado com todos nós. Tínhamos armamentos e várias coisas que interessavam a eles. Isso aconteceu! Montamos a base de patrulha e ficamos lá esperando – era um risco que vivíamos, mas fruto da informação e do amor que tínhamos pelo país.

Bolívar Pêgo

Além desse risco, existiam outros riscos naquela região?

Paulo Lemos

Sim, o contrabando. Muitas coisas passavam por ali, não necessariamente na ponte. Tínhamos uma lancha grande para percorrer aquele rio, cerca de 6 km, abaixo e acima, diariamente, sempre na madrugada, e às vezes pegávamos embarcações levando vários itens. As pessoas que viviam de contrabando levavam para lá açúcar e café, mas havia um limite. Naquela fronteira, por onde vocês passaram, existia o que eles chamavam de “comércio-formiga”, de ambos os lados – era uma permuta. Existia, no entanto, um limite de quantidade de produto que uma pessoa poderia trazer.

Havia, por exemplo, uma cerveja alemã que era muito procurada, principalmente no período das festas de final de ano. Ela era fabricada em litro e era permitido trazer apenas uma dúzia por pessoa, mas ninguém queria trazer uma dúzia: eram quarenta, cinquenta garrafas de cada vez. E nós, Fuzileiros, tínhamos

14. Movimento de Libertação Nacional Tupamaros (MLNT), criado na década de 1960. O nome homenageia o líder anticolonialista indígena Tupac Amaru, assassinado pelos espanhóis no século XVIII. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/t/tupamaros>>.

uma tarefa, que era cuidar da identificação das pessoas, além de dar apoio aos dois guardas aduaneiros que se revezavam na segurança dessa parte de apreensão de contrabando. Os riscos no combate ao contrabando eram naqueles casos de sermos recebidos a tiros, ou de a embarcação fugir (a embarcação deles era mais possante que a nossa). À noite, também havia o risco de sermos recebidos a tiros sem saber de onde vinham. Há histórias rio acima de Fuzileiros que morreram defendendo essa fronteira.

Bolívar Pêgo

Além dos Fuzileiros, quem mais atuava na época? Quais instituições federais estavam presentes na região? Atualmente há a Polícia Federal (PF), a Receita Federal do Brasil (RFB). Qual era o formato?

Paulo Lemos

Só os Fuzileiros, com todos os papéis. A mercadoria era controlada pelos dois guardas aduaneiros. A ponte fechava às 22h. Tínhamos uma corrente com um cadeado muito grande e então a fechávamos, pois ali passavam trens, carros e ônibus em uma mão única; quando passava um, o outro tinha que esperar. Só abríamos em casos de emergência, se alguém na vila passasse mal, precisasse de socorro médico. Nessas horas, identificávamos a pessoa, procurávamos saber de onde era e a deixávamos passar. No entanto, naquela época não havia trânsito livre.

Quando tivemos informações de que os tupamaros viriam para roubar os armamentos, nosso sargento prontamente pediu reforço (todos os dias mantínhamos contato com o grupamento de Uruguaiiana). De trinta militares que havia ali, veio um reforço de mais outros quarenta, que ficaram mais de uma semana conosco. Assim, montamos uma base de patrulha em que guarnecíamos um círculo de 360°, todo o destacamento, sendo que ficava um homem a cada 2 m, todos armados. Montamos trincheira e tudo mais – algo muito interessante para a época. E não havia mais nada, nem Exército (só em Uruguaiiana) nem Polícia Civil. Havia apenas quatro “Brigadeanos” (Brigada Militar), comandados por um Cabo.

O que acontecia? Às vezes, vinham maus elementos uruguaios para as duas casas de meretrício que funcionavam na vila. Eles passavam durante o dia, eram identificados, mas acabam se aproveitando do local, faziam o que não deveriam fazer, não pagavam as despesas etc. Uma das mulheres, então, conseguia sair, avisava os Brigadeanos, e eles iam pedir socorro para os Fuzileiros. Nosso Sargento sempre esteve pronto, sempre permitia que saíssemos para reforçar os Brigadeanos. E nós íamos para obrigar os uruguaios a pagar as despesas que fizeram e levá-los escoltados até a ponte. Em seguida, os alertávamos para que não voltassem, pois a coisa ia ser diferente. Algumas vezes, nós fomos solicitados nesse sentido também. É um aspecto que parece que faz tanto tempo, e não tinha a tecnologia de hoje, mas a

região estava mais bem guarnecida. O que explica? Se hoje é um município, com três vezes mais pessoas morando lá, está mais desenvolvido, tem lotérica da Caixa Econômica, tem um posto do Banco do Brasil... o que chama atenção e preocupa é a população alegar esse movimento dos caminhões à noite.

Bolívar Pêgo

Só para fechar o histórico e encaminhar para a situação mais atual, pelo que entendi, o senhor considera que a emancipação de Barra do Quaraí foi uma coisa boa – houve avanço, em sua avaliação. Melhorou a região, a cidade se desenvolveu, vieram mais serviços, e até se pode dizer que a população pode usufruir mais do desenvolvimento e ficar menos dependente de Uruguaiana e de Bella Unión? Na avaliação do senhor, foi efetivamente positivo?

Paulo Lemos

Sim. Houve desenvolvimento. Hoje, por exemplo, há posto de saúde, o que não existia antes. Quem prestava os primeiros socorros – um ferimento, algo não muito grave – era nosso Sargento Enfermeiro, o Sargento Araújo. Nós prestávamos esse atendimento à comunidade. Lá não havia um médico: o Sargento Enfermeiro prestava socorro a essas pessoas, aplicava injeção, fazia suturas. Tínhamos um ambulatório que ofertava um serviço muito bom à população.

Bolívar Pêgo

Então, vocês tinham verdadeiramente um papel múltiplo, de defesa, segurança, assistência em saúde, assistência médica, tudo?

Paulo Lemos

Sim. Mesmo sem um médico, apenas com um Sargento Enfermeiro, que tinha um conhecimento técnico. Cansei de vê-lo fazendo suturas em jovens, por exemplo, que se cortavam em cacos de vidro, no arame farpado...

Maria Nunes

Até hoje, a Marinha atende no *Maximiano da Fonseca*, um barco-hospital que apoia as regiões mais distantes, a exemplo do Centro-Oeste, nas populações ribeirinhas.

Paulo Lemos

Sim. É o nome de um ministro nosso da Marinha. Esse barco existe, mas não nesta região. Em Manaus, o navio-hospital *Carlos Chagas* atende tudo que você imaginar, faz parto, cirurgia, tem dentista a bordo – mas isso é na Amazônia, onde chamam nossos navios de “navios da esperança”. É muito bonito o serviço que prestamos lá.

Maria Nunes

Como era, naquela época, a relação Brasil-Uruguai? Era como é hoje, uma relação boa, ou havia outras dificuldades? Como o senhor relatou, hoje não existe a presença militar no local (no caso da Marinha), mas também não se conta com a presença ostensiva de forças da segurança pública, pois atravessamos a fronteira sem a menor dificuldade. Notamos que não existe essa segurança da qual o senhor está falando, porém acredito que deva ser pela relação que o Uruguai tem com o Brasil. É da mesma forma essa relação?

Paulo Lemos

Posso lhe dizer que fiquei muitos anos sem voltar lá, mas na época, apesar de os dois países viverem um regime militar, o povo uruguaio, no meu entendimento, era muito amigo, de fácil relacionamento – um pouco diferente dos nossos irmãos argentinos. Era um relacionamento maravilhoso, e nós éramos benquistos tanto do lado de lá como do lado de cá. Não íamos muito, porém, para o lado de lá, havia certa proibição. Nós, militares, precisávamos de autorização do comandante de nosso destacamento, em razão do que já falei para vocês.

Havia muitos exilados brasileiros na região que, por discordarem do que estava acontecendo aqui no Brasil, migraram ou foram mandados para lá, e esses indivíduos eram uma das nossas finalidades ali também. Lembro que havia uma relação de pessoas que não deveriam entrar de volta no Brasil. Eram pessoas que estavam morando lá e não podiam entrar nessas circunstâncias, mas depois veio a anistia e acabou tudo. Agora, acho estranho entrar em um país e não existir nenhum controle, ninguém para lhe dizer nada, como se fosse uma fronteira seca. E não é como Livramento, em que se passa de lá para cá... há um marco, uma praça internacional, e você passa livremente. Lá, não. Lá há uma ponte de 600 m, um rio...

Eu teria alguns casos muito estranhos a contar, como aconteceu de pessoas que queriam entrar armadas em nosso país, e naquela época a legislação não permitia isso. Nós, militares, não podíamos ir armados para lá e ninguém podia entrar armado aqui. Se encontrássemos uma pessoa armada, a ordem era desarmá-la, dependendo do motivo pelo qual ela andava armada, e depois entregar a arma de volta quando retornasse. Enfim, posso lhe responder o seguinte: é fato que havia um bom entendimento. Era um povo maravilhoso.

Em seguida, saí da fronteira com o Uruguai e fui servir na Ponte Internacional da fronteira com a Argentina. Foi aí que mudou tudo, mudou completamente. O nosso trabalho era praticamente o mesmo, mas um pouco mais intenso, uma vez que o movimento era maior (e o relacionamento era bem mais difícil). Servi um ano na ponte Uruguaiana-Paso de los Libres, pois havia um destacamento nosso na região, em 1969 – e chegamos a abrir uma trincheira por lá. Chegamos a ficar de frente para a Argentina esperando qualquer coisa, porque houve um presidente, mesmo os dois países vivendo um regime militar, que veio a Brasília e, em uma

cerimônia, encheu de desaforos o nosso governo no Itamaraty. O “tempo fechou”: as fronteiras do lado argentino fecharam por uma semana, ficou tudo inacessível. Ninguém entrava aqui e daqui ninguém entrava lá. Ficamos com a fronteira fechada por uma semana, algo que nunca aconteceu lá em Barra do Quaraí.

Bolívar Pêgo

Quando o senhor fala “ninguém”, é ninguém mesmo?

Paulo Lemos

Ninguém. Só algum diplomata que justificasse por que estava indo lá. Ninguém mais! Acabou aquele comércio, acabou tudo. Fechou a ponte. Fizemos trincheira, foi cavado um buraco, havia sacos de areia, e aí o negócio ficou feio. Uma semana depois, porém, acabaram se entendendo e tudo recomeçou.

Maria Nunes

Sobre essa dificuldade na relação com o lado argentino, nós mesmos sentimos em Uruguaiana pouca vontade de melhorar essa relação. Esse desencontro entre Brasil e Argentina é algo histórico?

Paulo Lemos

Pois é, eu acho estranho, pois na Guerra do Paraguai nós formamos aquela Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) para combater o Paraguai, e até combatemos juntos, defendemos a mesma causa na época. Não sei até quando isso vai acontecer. E vocês já devem ter ido mais para dentro da Argentina, para Buenos Aires... Eles têm algo conosco, acho que parte mais deles – não aceitam muito as nossas coisas, dos brasileiros, se acham melhores que nós. Além disso, eles têm uma cultura mais antiga. Lembro-me de situações muito estranhas que davam a entender que nós éramos um segundo mundo e eles eram um primeiro. Muita coisa precisou acontecer, muitas crises econômicas, a própria Guerra das Malvinas, o que mostrou a eles que a questão não é bem assim como pensam.

Rosa Moura

Estamos em um momento bastante preocupante em relação ao tráfico de drogas e armas, e a fronteira lá em Barra do Quaraí está completamente desguarnecida. Em contrapartida, diferentemente dessa fronteira sem nenhum controle, em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, reclama-se de um controle absurdo e fala-se que, quando chega o verão, é impossível atravessar. Qual é o meio-termo para não se deixar a fronteira completamente desguarnecida, mas também não haver esse controle exaustivo que há na Argentina? O senhor tem ideia de alguma forma de controlar, porém sem esse excesso de burocracia?

Paulo Lemos

Como Fuzileiro, sentia que a população gostava bastante da gente, confiava no trabalho que fazíamos. O Fuzileiro Naval é bem-aceito pela população, pois é um soldado muito preparado, adestrado e treinado para lidar com situações adversas – umas até bem complicadas, posso dizer. Eu senti muito a nossa saída de lá, mas só depois de quatro anos soube o motivo. Alegaram que era por motivos econômicos, que a Marinha havia mandado construir fragatas na Inglaterra, e que havia ficado muito caro e era preciso diminuir o efetivo das Forças Armadas. Assim, começaram desativando três grupamentos de Fuzileiros – o nosso, de Uruguaiana, o de Santos e o de Recife. Essas pessoas, porém, apenas saíram de lá, foram para outros lugares e continuaram recebendo os seus salários. Vejo que houve uma insatisfação muito grande, e gostaria que vocês soubessem e registrassem: em apenas três meses, organizaram a nossa retirada e nós saímos.

Guarnecíamos de Barra do Quaraí até Foz do Iguaçu, o que dava uns 850 km de fronteira. A cada 100 km, havia um destacamento nosso: Barra do Quaraí, Uruguaiana, São Marcos, Itaquí, São Borja, Vila Garruchos, Porto Xavier; depois, Porto Lucena, Porto Mauá e Alto Uruguai. Em todos esses lugares, existia um destacamento de Fuzileiros, com aquela construção como a que vocês viram em Barra; algumas eram mais importantes, caso das cidades de São Borja e Itaquí, que eram comandadas por oficiais. Era um trabalho muito bem-feito, um trabalho comunitário, útil para o país e para a comunidade local, e nós, Fuzileiros, também nos sentíamos muito bem em servir.

Passamos por certa dificuldade logo no início. Os Fuzileiros, quando foram mandados para lá, em 1948, não tinham nem quartel. Ficamos inicialmente em barracas e depois fomos encaminhados aos quartéis do Exército, e só em 1958 construíram aquelas instalações em que hoje é o quartel-general (QG) do Exército, um pouco retirado, em Uruguaiana. Então, a base era em Uruguaiana, que fornecia pessoal para todos esses destacamentos. Nove anos depois de nos retirarem de lá, inauguram um grupamento de Fuzileiros em Rio Grande – hoje, há neste município o mesmo efetivo que havia em Uruguaiana, só que não guarnecemos nada de fronteira. Sei disso porque encerrei minha carreira lá em Rio Grande, em 1997, e a cidade tem condições de sobra. Não sei se isso entraria no trabalho que vocês estão organizando, mas, se os Fuzileiros pudessem voltar para lá, tenho certeza de que dariam uma segurança muito grande para aquela região. A base agora poderia ser em Rio Grande, e não haveria necessidade de se construir mais nada no local. Basta a cidade receber uns 150 militares de reforço do Rio de Janeiro, que é a nossa base atual, e redistribuir novamente esse pessoal na fronteira. Garanto a vocês que a nossa fronteira não ficaria tão desguarnecida como está.

Maria Nunes

Essa questão do repovoamento na fronteira, com este período de contingenciamento pelo qual estamos passando, o senhor acha possível?

Paulo Lemos

Sim, acho, desde que houvesse boa vontade das pessoas que têm o poder de decisão para isso. Nós, da Marinha, somos muito determinados e muito disciplinados quanto às ordens superiores que recebemos. Claro que não tenho autoridade para responder com toda a certeza, mas posso dizer a vocês que um trabalho bem-feito pelo Ipea, como o que vocês estão fazendo, que justificasse essa necessidade, acho que tornaria isso possível, uma vez que o instituto tem uma credibilidade muito grande. Quando falamos de Ipea, temos certeza de que se trata de algo seguro e bem elaborado. Se for apresentado um documento/pedido do Ipea, que está vinculado ao Ministério da Economia, por sua vez subordinado à Presidência da República, mostrando que vocês foram lá e viram essa necessidade, acho que isso seria possível, sim!

Voltando à nossa retirada, foi coisa de uma única pessoa, que articulou, criou uma situação, planejou e teve o apoio interno da Marinha para conseguir nos tirar de lá. E conseguiu! Só que o que ele queria não deu certo. Quando perceberam isso, no entanto, já estávamos fora de lá, e isso criou problemas de segurança e problemas sociais muito grandes na região. O destacamento também teve problemas, pois morávamos em um lugar pequeno e tivemos que, rapidamente, em uma boa parte, mudar para o Rio de Janeiro. Foram dez dias para sairmos de Uruguaiana e nos estabelecermos no Rio, uma cidade grande, onde é tudo mais difícil. Como eu, muitos encerraram sua carreira. Sendo assim, nosso comandante-geral, um vice-almirante duas estrelas, foi a Uruguaiana. Ele, tão descontente com a maneira como tudo foi feito, que formou todos nós lá em Uruguaiana, menos os que estavam nos destacamentos, mais ou menos uns quinhentos militares, disse assim (nunca me esqueci): “A desativação dos Fuzileiros daqui de Uruguaiana está sendo feita à revelia”. Ele não se conteve em dizer apenas uma vez e repetiu a expressão “à revelia”. Imaginem um oficial, o comandante de todos nós, vir e ter que dizer isso! Difícil.

Bolívar Pêgo

O senhor pode falar a justificativa da saída?

Paulo Lemos

As causas foram duas: econômica e política. A econômica foi justificada como forma de reduzir custos operacionais da Força. Assim, foram desativadas as unidades de Uruguaiana, com impacto em Barra do Quaraí, no Rio Grande do Sul; Santos, em São Paulo; e Recife, em Pernambuco. Quanto à política, foi uma decisão externa à Marinha, envolvendo outras autoridades e interesses considerados prioritários, mas que não se confirmaram ao longo do tempo. As consequências dessa decisão foram altamente prejudiciais para a região, em geral, e para Barra do Quaraí, em particular, que ficou vulnerável junto à tríplice fronteira com Argentina e Uruguai.

Bolívar Pêgo

Não precisa citar nomes, patentes, mas apenas dizer as razões, as causas alegadas para a saída – até para que, no caso de uma sugestão de retomada, se justifique a volta dos Fuzileiros Navais para lá, porque isso é uma reivindicação local. Participamos de uma sessão na Câmara de Vereadores de Barra do Quaraí e praticamente todos os vereadores com quem conversamos, inclusive o presidente da Câmara, Richard de Souza, expressaram claramente o desejo de que os Fuzileiros retornassem para lá.

Paulo Lemos

Fui muito bem recebido lá. Parece que fui um instrumento para que vocês fossem lá para ver a situação, porque é importante que os senhores, que fazem esse belo trabalho, constatem e ouçam as pessoas falando tudo isso. E várias pessoas me falaram, mas com vocês é diferente. Em Uruguaiana, os cidadãos pedem isso. Articulei uma entrevista com um jornalista de uma rádio e ele também me fez essa pergunta. Há uma ansiedade geral da população pela volta dos Fuzileiros, porque todos se sentem inseguros – o Exército está lá, mas não está preparado para assumir essa tarefa. Nós é que estamos preparados. Tem que ver se está previsto na Constituição. No entanto, se não está previsto os Fuzileiros subirem a Rocinha ou o Alemão e eles sobem, vão a tantos outros lugares... O que tem que ser visto é o bem-estar da comunidade.

Bolívar Pêgo

Esta é uma pergunta muito minha, e vem de outras viagens que fizemos. O senhor não acha que há concentração de militares da Marinha no Rio de Janeiro? Isso é necessário? O Brasil é muito grande e entendo que o Rio de Janeiro pode e deve ser uma referência, mas tem que se pensar minimamente em uma distribuição. Claro, a todos os lugares onde a Marinha possa estar.

Paulo Lemos

Nós, da Marinha, precisamos servir em um lugar com água, e é por isso que não estamos em todos os lugares, como está o Exército. O efetivo da Marinha sempre foi maior no Rio, e o do Exército atualmente também é – por incrível que pareça, depois vem o Rio Grande do Sul, e Santa Maria é a cidade que tem a maior concentração de militares no estado. Voltaria à questão sobre se seria viável ou poderia o atual governo tomar a decisão do nosso retorno à região. Não saberia dizer, mas vejo que não é difícil, pois não é um lugar em que seja preciso construir um quartel, por exemplo. Rio Grande está a 600 km de Uruguaiana, e tem todo o aparato de ser a base, como era Uruguaiana, para os outros destacamentos. No meu entendimento, é só querer, ter boa vontade, e isso já resolveria uns 80%. Uruguaiana deve ter se queixado para vocês.

Nesta época, nossos irmãos argentinos entram por lá e não há controle. À esquerda de onde vocês entraram, existe um destacamento nosso que está desocupado – aquele prédio, na boca da ponte, comporta uns sessenta, setenta militares morando. É só querer. Eles trabalhariam com a aduana, com a RFB, com a PF. Nós já fazíamos um trabalho conjunto com a PF; há vários casos verídicos. Nada justifica a forma como fomos retirados de lá! E não foi só de lá, foi também de Santos e de Recife. Além dos problemas sociais para nós que estávamos lá, o problema maior é que tudo ficou desguarnecido. Nós temos que evitar muitas coisas, principalmente o tráfico e o contrabando de armamentos. Precisamos evitar que entrem em nosso país, pois, depois que entram, é muito mais difícil pegar esses armamentos. Dessa maneira, vamos gastar muito mais tempo e recursos, e vidas poderão estar sendo ceifadas, porque quem recebeu não vai querer entregar. Se pegarmos esses itens lá na entrada, porém, a reação é diferente: ninguém vai reagir, vão entregar mesmo. E tudo pode acontecer.

Rosa Moura

Na opinião do senhor, os problemas que a fronteira enfrenta aumentaram com o tempo ou se transformaram, se tornaram mais complexos? Como o senhor vê a natureza dos problemas atuais?

Paulo Lemos

Como tudo, aumentaram, pois não há resistência, fica tudo muito fácil. As pessoas do mal, que querem fazer as coisas erradas, estudam muito, às vezes até mais que as pessoas do bem, porque, por sermos do bem, às vezes somos pegos de surpresa. Você não imagina a criatividade do ser humano quando quer fazer alguma coisa errada. Essas pessoas observam muito, vão vendo que está muito fácil, e vão passando, fazendo as coisas acontecerem. Quando conseguimos pegar algo que passou por aí, é porque já passou muita coisa, já entrou muita coisa. Não é porque a cidade está lá no limite sul do Brasil que não possa ter segurança. Os cidadãos de lá pagam seus impostos, trabalham, são brasileiros como nós... Tenho certeza de que vocês têm esse sentimento, e esse é meu sentimento.

Parece que os indivíduos que estão lá longe não são motivo de atenção. Eles têm os mesmos direitos que nós, à saúde, à segurança. Não há nada pior que a pessoa não ter direito à segurança, a sair de casa – e às vezes ela nem sai de casa por conta disso. Nós estamos vivendo esse clima, infelizmente, no nosso país. Um clima de insegurança, de instabilidade. Tenho um amigo que é general de divisão, está na ativa, e fala para mim que está preocupado, que está vivendo um momento em que prefere ouvir a falar. O Brasil tem 150 generais na ativa, ele é um deles, e falou isso para mim. Fala-se uma coisa de manhã, à noite já é outra, e querem passar a ideia de que isso é normal. Normal é fazer as coisas certas, respeitar os direitos do outro. Isso é que é normal.

Bolívar Pêgo

Em todas as fronteiras que visitamos, existe algo recorrente: o Brasil é muito bonzinho com os seus vizinhos. Entrar aqui é muito fácil, a qualquer hora, em qualquer dia, em todo lugar. Só em situações emergenciais é que pode se tornar um pouco rigoroso. Os vizinhos são sempre mais rigorosos e cuidadosos para entrarmos lá que nós para entrarmos aqui. Isso vale não só para pessoas, mas é uma ambulância ou um táxi daqui que não pode entrar lá, mas os de lá podem entrar aqui. O nosso não tem autorização, mas o de lá está operando aqui. A que o senhor atribui essa bondade excessiva que o Brasil tem em relação aos seus vizinhos?

Paulo Lemos

Vivi na minha vida dois períodos, sem entrar no mérito de qual é o melhor ou o pior. Existem, porém, coisas notórias, que não há como não enxergar. É ruim viver em um clima de controle? É ruim. Mas penso que, para quem é do bem, ser controlado não é problema. Jamais me incomodo se me pedem uma identidade, a confirmação de um cartão, um documento, uma autorização. Não fico preocupado com isso. Se existe uma norma, temos que segui-la. Se não pode, não pode!

Nós vivíamos naquela época assim, com muita repressão. Quer ver um exemplo? Lá em Uruguaiana, havia uma patrulha mista: Fuzileiros Navais, Exército e Polícia Militar. Eram treze militares comandados por um sargento. Começava a escurecer e nós íamos a um QG que ficava bem no centro daquela praça de Uruguaiana; até clarear o dia, ficávamos rondando pela cidade. Quantas pessoas recolhemos, que estavam nas esquinas, que não estavam fazendo nada, não comprovavam se trabalhavam – as colhíamos e as levávamos à delegacia. Era uma forma de repressão. Se não provassem que trabalhavam, que faziam alguma coisa, camburão (mas com todo o cuidado). Na delegacia, ninguém batia na pessoa, ninguém a xingava. O delegado de plantão é que iria averiguar – às vezes, ele pegava um foragido. Em compensação, passávamos nas calçadas, principalmente no verão, e o pessoal estava todo sentado na frente das casas, tomando chimarrão, conversando. Isso não acontece hoje, e é por isso que eles alegaram a falta que faz aquela escolta mista que tínhamos.

Não cabe às Forças Armadas, porém, fazer isso, mas nós fazíamos, pois havia uma determinação. E fazíamos bem-feito, transmitindo segurança para a população. Hoje, muita coisa evoluiu. Temos celular, carros novos, conseguimos adquirir muitos itens que nos dão conforto. Há muita gente, porém, que não conseguiu fazer isso e quer se “adonar” do que é nosso, quer tirar de nós, e às vezes não entregamos... Um dia desses, em Brasília, um rapaz morreu porque não quis entregar a bicicleta! No meio da tarde, em pleno centro de Brasília. São coisas assim que deixam a população preocupada. Volto a dizer: acredito que, se os Fuzileiros voltassem para aquela região, e há estrutura para isso, seria bom para os cidadãos, para a nossa

nação, porque muito do que está entrando, que com certeza está passando por lá, iria diminuir ou não passaria mais. O Fuzileiro é um militar preparado para isso.

Bolívar Pêgo

No modelo de hoje, a sugestão do senhor é que os Fuzileiros fossem para Barra do Quaraí sob o comando de Rio Grande ou de Uruguaiana?

Paulo Lemos

Seria sob o comando de Rio Grande. Um destacamento subordinado a Rio Grande, que assumiria o deslocamento desses militares até Barra, bem como o controle administrativo das suas vidas profissionais. Esse comandante que vai para lá, a fim de comandar uns trinta militares, poderia ser um suboficial, um primeiro-sargento, até um oficial, pois hoje Barra do Quaraí é um município. Seria interessante um oficial comandar.

Bolívar Pêgo

Uruguaiana tem Marinha também?

Paulo Lemos

Tem, mas é a Marinha da Gola, que nós chamamos de Marinha da Armada.

Bolívar Pêgo

Isso não traria conflitos para vocês?

Paulo Lemos

Não, porque na época em que estávamos na fronteira já havia Marinha, e era a Capitania dos Portos, não uma delegacia fluvial como temos hoje. A capitania fazia um papel muito importante por lá. Hoje, tudo ficou desmilitarizado. E, como o senhor bem falou, esse negócio de ser “bonzinho” é bom, mas um “bonzinho” com responsabilidade. Bondade não é fraqueza.

Bolívar Pêgo

Hoje é um “bonzinho” no sentido de que está abandonado. A minha interpretação da fala das pessoas é que tudo está livre demais.

Paulo Lemos

Vamos ser justos. Livres para um lado, para o outro, não. Vocês foram ao Uruguai e viram o aparato que existe na aduana deles. Quando passei por lá em setembro, havia militar, havia civil... contei uns oito ou dez militares.

Bolívar Pêgo

Do lado de cá, temos um prédio bonito da RFB, inaugurado recentemente, mas os funcionários estão lá dentro. Com a cabeça baixa, você pode passar à vontade.

Paulo Lemos

Quando passei pelo local, encontrei um funcionário da RFB, e um vigia (desarmado, só com um cassete). Um vigia do prédio vigiando o outro trabalhar... Naquele prédio bonito – quando servi lá, era até um prédio de madeira – havia dois funcionários da RFB, e dois Fuzileiros Navais ali na boca da ponte, naquela ponte de ferro que não tinha o fluxo que tem hoje. Como militar, estava formado e participei da inauguração. Lembro que estavam lá o governador do Rio Grande do Sul e o ministro dos Transportes. Tenho até uma foto, que entreguei lá, pois estão fazendo um documentário com fotos lá de Barra.

Maria Nunes

Esse trabalho de policiamento misto que vocês faziam era anterior à Lei Complementar (LC) nº 97?¹⁵

Paulo Lemos

Sim, era anterior à LC nº 97. Foi um entendimento entre as autoridades do Exército, os Fuzileiros do nosso grupamento e a Brigada Militar, que chegaram à conclusão de que, juntando forças, da forma como se fazia, era uma tranquilidade. Hoje, todos têm medo de assalto. Conosco rondando pela cidade não acontecia isso. Era tranquilo. A vigilância ostensiva é necessária. E é muito mais fácil fazer isso que prender, enfrentar, brigar...

Maria Nunes

Os 2 mil militares da Marinha que estão na fronteira são insuficientes?

Paulo Lemos

Você falou 2 mil? Estão onde? Do Paraná para o Rio Grande do Sul?

Maria Nunes

Pelos dados que temos, estão distribuídos em toda a fronteira terrestre.

15. A LC nº 97, de 9 de junho de 1999, dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

Paulo Lemos

Não sei de onde vieram esses números que passaram para vocês, mas acho muito difícil que sejam verdadeiros. Tudo bem, se é para toda a fronteira... mas são muitos quilômetros a serem guarnecidos. Uruguaiana e Barra, hoje, com 120 militares, se protegeriam muito bem – haveria uma escala de serviço folgado para todo mundo. Se fôssemos fazer o que fazíamos antigamente, lá de Barra do Quaraí até Foz do Iguaçu, pode ter certeza, trezentos Fuzileiros Navais guarneceriam toda essa fronteira – com destacamentos de 30, 25. Vamos colocar, porém, que Foz do Iguaçu já teria um número maior. Hoje, não sei se existem Fuzileiros lá. Acho que o Rio de Janeiro não manda, então deve haver mais marinheiros mesmo.

Falo isso porque fiquei por trinta anos e três meses na Marinha: entrei como soldado e saí como suboficial. Quando cheguei, não comandava ninguém, só obedecia. Passado um tempo, eu já tinha quatro homens sob meu comando – à medida que ia sendo promovido, foram treze sob meu comando, logo 36, e como sargento foram 125. E era fácil, pois o Fuzileiro é educado, é formado, sabe lidar com as pessoas, tem preparação para isso. Nosso treinamento é feito em terra, no mar e, em seguida, no ar, de helicóptero e avião. Essa é a diferença entre um soldado Fuzileiro e um soldado do Exército.

María Nunes

As Forças Armadas são muito competentes no trabalho e no atendimento, são bem treinadas e muito bem preparadas – temos visto isso em todos os contatos que tivemos. Nós vemos isso. Nas pesquisas que tenho feito com as Forças Armadas, observei que elas possuem mais tratativas de aproximação com o país vizinho que a segurança pública, que deveria ter o papel mais forte nesse trabalho de integração, de trocas. E são as Forças Armadas que têm feito isso na fronteira. Não é o papel delas, pois seu papel constitucional é a defesa da pátria, mas são essas pessoas que fazem tais tratativas com mais tranquilidade, com mais facilidade. É apenas um comentário.

Paulo Lemos

É muito válido seu comentário, muito verdadeiro.

María Nunes

Na sua opinião, a presença maior do Estado ajuda nesse controle sobre os ilícitos etc.? É isso?

Paulo Lemos

Com certeza. É extremamente importante e necessária essa presença, para que a população se sinta bem, segura, vendo as coisas funcionando. É outra história!

Rosa Moura

Gostaria de uma informação em relação ao prédio onde ficavam instalados os Fuzileiros. Parece-me que ele foi cedido à prefeitura em comodato? Eles estão pensando em fazer um centro cultural, um centro de apoio ao turismo... Eles têm mil ideias, mas como está isso? Nas mãos de quem?

Paulo Lemos

Estive lá em novembro do ano passado e fui recebido, inclusive, pelo prefeito de Barra, e disse a ele que estava muito feliz por estar passando por lá, mas muito triste em ver o prédio de nosso destacamento nesse péssimo estado de conservação. Ele me falou que, por muitos anos, não se sabia a quem pertenceria aquele prédio – se à União, ao estado –, mas agora foi definido. Deu-se à prefeitura, com o prédio já invadido, cinco anos para tomar uma posição, tirar as pessoas que estão lá, cadastrar essas pessoas. Com toda certeza, o uso do prédio será retomado.

Além disso, o prefeito me perguntou o que eu achava que poderia ser lá. Respondi que gostaria que fosse novamente o nosso destacamento, que trouxessem de volta os Fuzileiros para cá. Falei a ele que ouvi muitas pessoas reclamando que gostariam que voltássemos para cá. Então, gostaria, de preferência, que o prédio fosse arrumado, revitalizado, para que nós, Fuzileiros, pudéssemos reocupá-lo. Ele riu, disse que isso é muito difícil. Eu disse que é difícil, sei que é, mas não é impossível. Podem montar, também, uma biblioteca pública, um centro de saúde, porque o prédio comporta, é muito bem construído. Enfim, respondendo à pergunta, o prédio foi dado em comodato ao município – se ele não fizer o que foi pedido em cinco anos, e já se passaram três, não sei como ficará.

Maria Nunes

Parece-me que não há nenhuma ação, mas existe um grupo de ONGs de lá que nos pareceu bastante ativo e pode ser que isso vá para a frente. Os interesses que eles têm hoje estão na questão do turismo, então é possível que isso aconteça.

Paulo Lemos

Tomara!

Bolívar Pêgo

E se houvesse a possibilidade de os Fuzileiros voltarem, como ficaria?

Paulo Lemos

Aí ficaria bom! Logo montaríamos uma barraca no fundo daquele prédio e começaríamos a incomodar quem está lá... Tenho certeza de que ninguém vai ser retirado à força, de jeito nenhum. Mas se designarem os Fuzileiros para lá...

Bolívar Pêgo

Não é nesse caso. É partindo da premissa de que a ação da prefeitura dê certo. No caso de, por exemplo, transformarem aquilo em um centro cultural, o que faria a prefeitura se os Fuzileiros tivessem que voltar para lá?

Paulo Lemos

Já vi quartel nosso sendo construído e a guarnição ficando toda em barracas de lona. Lá não seria diferente. O Fuzileiro é preparado para isso. O melhor é fazer casas para as pessoas que estão ocupando o prédio hoje – e até a União pode agilizar, caso o município não tenha recursos para isso – e revitalizá-lo, se os Fuzileiros voltarem para lá. Eu estava falando com um amigo general, e ele me dizia que alguns QGs do Exército lá no Rio Grande do Sul, dentro de uma nova reestruturação que está sendo feita, vão ser concentrados todos em Santa Maria. Disse também que está prevista, lá em Uruguaiana, a saída daquele prédio onde era nosso quartel central, onde ficavam uns quinhentos militares, e hoje é o QG do Exército – eles terão que sair de lá e ficar em Santa Maria. É um projeto em andamento. Se futuramente voltássemos, mesmo com um efetivo menor, ficaríamos ocupando um lugar que conhecemos, que é nosso, que foi inicialmente da Marinha. Não sei se o Exército ocupa por comodato.

Bolívar Pêgo

Gostaria que o senhor falasse rapidamente da Ilha Brasileira, porque nós percebemos que é um ponto que suscita dúvidas – se é do Brasil, do Uruguai ou da Argentina. Como o senhor vê a ilha? Ela está em uma posição extremamente estratégica, abaixo de Quaraí, na porta do rio. Nós íamos à ilha, mas o tempo não permitiu.

Paulo Lemos

Na ilha, há um marco que é do tempo da monarquia, estabelecendo que a ilha é nossa. A monarquia cuidava daquela ilha melhor do que cuidam hoje. Se existe um documento formal (provavelmente existe – quando fizeram o marco, devem ter elaborado um documento junto), deve estar guardado em algum lugar. Além disso, ali morou, por mais de quarenta anos, seu Zeca, que faleceu há pouco tempo; era um morador/cuidador e brasileiro. Ele cuidava muito bem do local.

Hoje, quem vai muito à ilha é o presidente da ONG Atelier Saladero, Argemiro Rocha. Sei que vai muito lá, vejo fotos, dificilmente fica três ou quatro dias sem passar por lá. Estão cuidando da nossa ilha, por incrível que pareça – até que alguém resolva morar lá, como seu Zeca resolveu. E era nessa ilha que cortávamos lenha de barco, como falei para vocês. Eu entendo que ela é nossa. O Uruguai nunca demonstrou muito interesse, uma vez que, como é um país amigo, pacífico, nunca deu a entender que a ilha deveria ser deles também. E com a Argentina seria bem mais complicado, mais perigoso, se passassem a dizer que metade da ilha era deles.

Maria Nunes

Aí iam fazer falta os Fuzileiros lá...

Paulo Lemos

Vejo que Maria confia muito nas Forças Armadas, e nisso você está certíssima. É uma instituição muito séria. Lá também existem coisas erradas, como em todo lugar, mas é muito pouco. E digo de coração que, nesses trinta anos, aprendi bastante, principalmente com o fato de que as pessoas que tomaram decisões erradas, e que eu presenciei, foram punidas exemplarmente – inclusive oficiais, e de galão! Quando deixaram de fazer o que estava no regulamento, foram punidos exemplarmente. Não se deixava passar nenhum caso sem a punição necessária. É uma instituição séria e preocupada com o que vem acontecendo. Pessoas que trabalham com pesquisa, como vocês, devem ficar injuriadas com o que está acontecendo. Pelo menos existem vocês para mostrar, para denunciar. Sou fã do Ipea, que foi criado no governo Castelo Branco. Que bom que vocês fazem parte dessa instituição.

Maria Nunes

Como o senhor tem visto a evolução dos crimes transfronteiriços? Eles foram se multiplicando, se ramificando?

Paulo Lemos

Não tenho muito conhecimento, apenas das coisas que aconteciam quando eu servia por lá, em Barra, em Uruguaiana. Depois, vim para o centro do Brasil, e o que eu fico sabendo é por meio de amigos. Volto a dizer que, toda vez que as pessoas do mal encontram facilidade para fazer o mal, elas ficam muito à vontade, pois cresce o número da criminalidade no nosso país... E podemos citar o Rio de Janeiro como exemplo, onde há uma insegurança grande porque os bandidos foram se armando e não foram reprimidos devidamente – assim, entraram propinas e uma série de outras coisas, e eles passaram a ser os donos da situação. Enfim, sobre a fronteira, não tenho estatística para lhe responder, mas o que ouvi é isso.

Trago um documento da ONG do Argemiro, que deixarei com vocês, e que aborda também essa questão da criminalidade. Soube que está acontecendo um problema lá em Barra do Quaraí que havia sido controlado: voltou o contrabando, pelo rio, de móveis de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, por exemplo. Eles fazem o depósito em Barra e depois passam para lá, gerando sonegação de impostos, pois isso deve ser feito com nota fria ou sem nota fiscal. Por que está passando o contrabando novamente? Porque antes, se o contrabandista fosse pego, ele respondia pesado, era quase um crime inafiançável. Primeiro, ele perdia tudo que fosse apreendido; depois, teria que pagar uma multa altíssima – e ele se enrolava para o resto da vida.

Com o passar do tempo, como falamos, fomos ficando bonzinhos com os vizinhos, fomos deixando, e ficou dessa forma como está hoje. Acho que existe concerto, mas vai ter que ser uma travada forte, pesada, que não sei se vai acontecer com a presença dos Fuzileiros ou não. Disseram que a PF faria nosso trabalho lá, mas, pelo que soube, nunca fez. Em todos os destacamentos sobre os quais eu falei, nós tínhamos lanchas de fibra, velozes, e percorríamos todo o rio Uruguai, de ponta a ponta. Nós fazíamos esse trabalho.

Bolívar Pêgo

Pensando na mobilidade das pessoas, muito no conceito de cidades gêmeas, em que há uma tendência natural de mobilidade entre duas áreas urbanas que são muito próximas e estão em países diferentes, gostaria de ouvir sua opinião para ajudar em nossa reflexão. Pensando nessa mobilidade frequente, e nela vai haver lícitos e ilícitos, entre os moradores de centros como Uruguaiana e Paso de los Libres, qual o nível de rigor que precisa haver? No momento em que a pessoa entrou na ponte, atravessou? Ou seria depois que essa pessoa atravessasse a cidade, quando haveria uma fiscalização maior de documentos, de vistos? Até que ponto o controle entre as duas cidades precisa ser mais livre, para facilitar as relações entre os cidadãos, e que tipo de liberdade precisa existir, na sua opinião?

Em nossas observações, o que percebo é que, às vezes, há muito rigor na hora em que se atravessa a ponte, mas um rigor pensando na cidade – se eu passar pela cidade e entrar no país, porém, vou poder fazer tudo o que eu quiser com muito pouco controle. Então, muitas vezes, achamos que deve haver ao menos um controle visual no momento em que se atravessa a ponte, mas o controle mesmo precisaria estar após a cidade, sobre a pessoa que vai entrar no país, não sobre os que vão apenas ficar na cidade. Aquele posto da RFB em Barra, na cabeceira da ponte, não deveria estar ali, e sim logo após a cidade (para quem está indo em direção a Uruguaiana). Ali, no entanto, precisa existir um posto de observação, ao contrário dessa total liberdade do Brasil “bonzinho”.

Paulo Lemos

Teria que existir um serviço de observação. Naquela época, há mais de trinta anos, o que observávamos? Se a pessoa não era uma pessoa comum, que passava por ali com frequência (conhecíamos até alguns pelo nome). Para esses indivíduos, não pedíamos o documento, pois sabíamos quem eram. Se vinham com mercadoria, já mudava a situação. Nós tínhamos esse controle na entrada, porém, lá na saída da cidade, o controle era inopinado, não era fixo – isso no caso de apreensão de contrabando, pois as pessoas poderiam começar a juntar determinados itens, por exemplo, de doze em doze, e depois sair com quinhentos, e eram pegadas em uma inopinada daquelas. Elas eram pegadas.

Volto a dizer que o que eu não entendo é entrarmos e sairmos de um país sem haver alguém ali para dizer: “Bom dia, aonde o senhor vai, de onde o senhor vem?”. E em Barra está dessa forma. O senhor disse que viu as pessoas de cabeça baixa. Eu só vi um vigia e o funcionário da RFB, e até comento que achei estranho, pois um caminhoneiro estacionou lá, entregou a nota fiscal, o vigia olhou, carimbou, assinou, e só depois foi olhar o que tinha no caminhão. Para mim é estranho. Se sou eu, pego a nota, confiro o que está ali, volto, e só carimbo e assino – ou não – se tudo estiver de acordo. Parecia que estava tudo combinado. Foi assim que entendi.

Está muito estranho. É uma entrada do nosso país que, por mais simples que seja... O camarada que está com alguma coisa suspeita dá uma volta tremenda, ele não vai passar por onde sabe que pode haver controle, que vai haver alguém esperando por ele. Ele faz a volta que tiver que fazer e, quando a noite chegar, atravessa, porque às 18h o serviço é encerrado e o vigia fica apenas guardando o prédio, não o movimento. Como pode uma situação dessas? Nós, Fuzileiros, ficávamos lá, zero grau, todos encapotados, com os dedos todos encarangados, mas ficávamos ali, com a ponte fechada e com cadeado – eu e meus colegas, de serviço a noite toda, e com prazer, pois era a nossa responsabilidade. E agora está aberto? Não há nada melhor que a democracia, mas tem que ser com responsabilidade, cada um fazendo a sua parte, cumprindo o que deve ser feito.

Maria Nunes

Nesse ponto, entrando um pouquinho no debate, acho que tem que diferenciar visualmente quem mora na cidade. Vocês sabiam quem era dali. A fiscalização mais rigorosa na fronteira, o maior filtro, deveria ser para quem não é dali.

Paulo Lemos

Essas pessoas que não eram dali, tínhamos todo o cuidado de identificar e de anotar; perguntávamos de onde vinham, aonde iam (e ficava anotada a informação que elas nos passavam – se era verdade ou não). Uma vez, em Uruguiana, depois das 22h, eu e outro colega notamos que passou um táxi vazio para Paso de los Libres. Logo voltou vazio. Achamos estranho ele ter ido e voltado vazio. Paramos o táxi, cumprimentamos o motorista, abrimos o porta-malas, não encontramos nada e liberamos. Passou menos de meia hora e ele voltou vazio de novo. Aí o caso ficou mais suspeito. Quando voltou, mandamos parar outra vez, fizemos um pente-fino e encontramos um horror de drogas no carro. Encontramos ampolas de Pervitin (metanfetamina), lança-perfumes. O carro parecia vazio, mas ele estava trazendo coisas ilícitas. Deu muita dor de cabeça, pois tivemos que ir muitas vezes à delegacia para abrir o inquérito, porém tínhamos que fazer isso.

Outro exemplo ocorreu em Porto Mauá. Passaram cinco elementos, todos de nacionalidades diferentes – húngaro, búlgaro e um argentino no meio –, muito malvestidos, para aparentar que eram trabalhadores, e com uma maleta nas mãos. Meu colega desconfiou, pediu que parassem, e não foi logo revistar: pediu reforço. Assim que o reforço chegou, resolveram revistar a bolsa deles. Acreditem: US\$ 800 mil entrando no nosso país. Recolheram, prenderam, levaram para o grupamento e depois levaram para o Exército. Não sei dizer a origem nem o destino do dinheiro, mas era ilícito. Tudo forrado com jornal. Eles escolheram um porto lá em cima, que não era o destino deles.

Bolívar Pêgo

Para encerrar, a identidade fronteiriça. O senhor acha que é uma coisa boa, ela ajuda, ou é indiferente? Em alguns lugares que visitamos, foi sugerido que se implantasse a identidade fronteiriça para facilitar a identificação das pessoas bilateralmente.

Paulo Lemos

Acho que depende muito da fronteira em que vamos estar. Sabemos que a Bolívia é um caso, o Paraguai é outro, a Venezuela, no momento, mais difícil ainda. O Uruguai tem a tradição de ser um povo amigo, pacífico, eles gostam de nós. Queira ou não, precisamos uns dos outros. É preciso trabalhar pela integração, e a identidade fronteiriça é uma forma de facilitar a integração.

Bolívar Pêgo

Encerrando a entrevista, agradecemos demais ao senhor pela importante contribuição.

Paulo Lemos

Eu que agradeço. Fiquei satisfeito e espero conhecer pessoalmente as pesquisadoras que participaram por Skype. Abraços.

3 SESSÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA DO QUARAÍ

Em 21 de novembro de 2017, a equipe do projeto participou de uma sessão ordinária na Câmara de Vereadores de Barra do Quaraí. Estava em pauta a discussão para a votação de um projeto para o desenvolvimento do turismo no município, a elaboração de um plano e a formação de um conselho municipal do turismo “para tirar o município da dependência das oscilações do câmbio”, como ressaltou à época o vereador Richard de Souza, presidente da Câmara (figura 2).

FIGURA 2

Sessão solene de agradecimento ao Ipea e ao MDR

Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

O vereador Fernando Alonso abordou a diversidade da fronteira, a começar pelas diferenças percebidas nas fronteiras do município com o Uruguai e com a Argentina. Propôs à plenária uma moção de apoio, reconhecimento e agradecimento, a qual foi aprovada, ao Ipea e ao MDR pelo trabalho que realizam na fronteira.

O presidente apoiou a proposição, salientando a condição estratégica dessa tríplice fronteira e a necessidade da presença do governo federal na região. Ressaltou, inclusive, que a população dos países vizinhos, moradores de Bella Unión (Uruguai) e de Monte Caseros (Argentina), é atendida nas respectivas unidades de saúde, enquanto os cidadãos do município de Barra do Quaraí necessitam buscar atendimento particularmente em serviços da cidade uruguaia vizinha, e não há ressarcimento previsto pelo Ministério da Saúde. Detalhou, ainda, que o grande problema está na distância até Uruguaiana, que faz com que os atendimentos sejam mais rápidos em Bella Unión. Além disso, destacou outros problemas: *i)* os médicos de lá, que poderiam atender em Barra do Quaraí, não o fazem porque não são reconhecidos/habilitados; *ii)* não há recursos para pagar o atendimento no Uruguai; *iii)* os nascidos vivos lá não são documentados como brasileiros; *iv)* os nascimentos no Uruguai comprometem o acesso aos direitos trabalhistas dos pais etc.

Os vereadores, nas palavras do presidente da Câmara, esperam que a oficina de trabalho, ainda a ocorrer em Uruguaiana nos dias seguintes, traga não só o olhar para essa fronteira, mas a complementação de programas específicos para a solução das questões da região. Reclamaram que são convidados para reuniões sobre a fronteira em Porto Alegre e em Brasília, e que não veem sentido nisso. Por isso, parabenizaram a presença do Ipea, que levou a discussão dos problemas da fronteira para a própria fronteira.

Em seguida, o vereador Fernando Alonso fez um agradecimento especial ao pesquisador Alexandre Cunha, da equipe do Ipea, por ter apoiado a realização da oficina naquela fronteira e não em Foz do Iguaçu.

Bolívar Pêgo, por sua vez, foi convidado a assumir a tribuna. Com a palavra, agradeceu ao vereador Fernando Alonso pela ajuda na articulação da oficina (iniciada por Alexandre), que é a quarta oficina de trabalho sobre fronteiras realizada pela equipe. Explicou a associação entre atividades de campo, palestras e debates nos dois dias da oficina, e convidou os presentes a participar, salientando que o objetivo é ouvi-los, debater com todos. Disse que trazemos perguntas e hipóteses, não respostas, e que nos interessa colher diferenças, viver diferenças e conhecer a realidade local, pois são fronteiras, no plural, por sua extensão e complexidade. Finalizou agradecendo o acolhimento.

Encerrou-se, assim, a sessão. Nesse momento, somou-se à equipe do Ipea e a vereadores e cidadãos de Barra do Quaraí uma comitiva de uruguaios e argentinos, que participariam das demais atividades previstas para o dia, incluindo o alcalde de Bella Unión, Luis Carlos López. A visita ao Parque Estadual do Espinilho foi a primeira atividade.

4 VISITA TÉCNICA AO PARQUE ESTADUAL DO ESPINILHO

Argemiro Rocha, da Organização Transfronteiriça de ONGs, apresentou dados sobre o parque, como a extensão (1.700 ha), a criação (1975) e o abandono por parte do estado. Lamentou que o parque não tenha estrutura ou funcionários, o que é inaceitável diante da importância que assume como único parque no Brasil com remanescentes de algarobo, andarubá e espinilho, além do cardeal-amarelo, que atrai observadores de aves de todo o Brasil (figura 3).

FIGURA 3
Vegetação do Parque Estadual do Espinilho¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

A superfície do parque forma uma mancha que se une a uma área de preservação uruguaia, Rincón de Franquía, e a uma área de preservação Argentina, campo General Ávalos, configurando um precioso corredor ecológico trinacional. A preservação da flora e da fauna, no lado brasileiro, vem enfrentando burocracias. Argemiro citou como exemplo a dificuldade enfrentada para trazer materiais escolares ou para realizar o intento de cavalgadas ecológicas. Disse, ainda, que nem sequer é possível mostrar o parque a toda a comunidade. Ademais, a rodovia BR-472 atravessa esse parque, e com isso há muitos animais que morrem ao atravessar as vias.

Tenta-se há anos a permissão da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) do estado do Rio Grande do Sul para a constituição de um conselho do parque, e agora, sob pressão da Organização Transfronteiriça de ONGs, foi criado o Conselho Trinacional, com a presidência rotativa entre os países. Conta-se que latifundiários da região pressionam e disputam a composição do conselho, que ruralistas até inventaram ONGs e que se vetou a participação do Uruguai e da Argentina.

Ademais, reclama-se que pesquisadores da UFSM estiveram estudando o parque, mas não retornaram com os resultados. A Sema também envia pesquisadores todos os anos, mas não traz resultados. Também passaram pelo parque pesquisadores da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em um estudo sobre as formigas e seu papel na polinização. Dessa maneira, o conselho local é apontado como a única ferramenta de proteção – de modo geral, porém, falta o envolvimento real do Brasil. Elogia-se, no entanto, a rapidez do Uruguai em solucionar problemas.

Enzo Ferrari, do parque Rincón de Franquía, no Uruguai, ressalta as semelhanças ambientais e a possibilidade de o parque, por ser mais aberto, ser mais propício para a observação de aves que as matas fechadas. É, no entanto, um ambiente ameaçado, pois guarda espécies endêmicas em meios fragmentados.

5 VISITA TÉCNICA À ALUR

Funcionando desde 2006, a Alur possui unidades em Paso de la Arena, Bella Unión, Paiçandu e Montevideu. A unidade de Bella Unión produz álcool, açúcar e energia elétrica. Nas demais plantas, produzem-se também etanol e biocombustível. A Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland (ANCAP), empresa estatal uruguaia que se dedica à produção de combustíveis, lubrificantes, cimento e biocombustíveis, tem uma participação de 91% na Alur (figura 4).

FIGURA 4
Visita técnica à Alur¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

O município de Bella Unión é o principal produtor de cana-de-açúcar do Uruguai, o que justifica a localização da unidade visitada. Monica Nostrani, da Alur, coordenou a visita técnica e informou que essa é uma empresa estatal com preocupações sociais, cujo lema é “*hacia un país industrial inteligente*”. Na apresentação sobre a empresa, ela registrou que a Alur mecanizou a atividade canieira, mas mediante um acordo de que 30% dos cortadores de cana não fossem deslocados pela maquinaria, em um projeto social que favoreceu a Alur e o município. Atualmente, a companhia oferece 2.500 empregos diretos – entre os cortadores, 20% são brasileiros. Além disso, salientou que a preocupação ambiental é muito presente nas atividades da empresa, com práticas como eliminar as queimadas que matavam muitos animais, alimentar as caldeiras com o bagaço da cana, entre outras.

Ademais, Monica observou que, no Uruguai, a cana é um projeto assumido pelo governo – e não por interesses privados – e as decisões sobre condições de trabalho e salários são tomadas conjuntamente entre trabalhadores, empresa e governo. A Alur não exporta, pois não tem volume para isso – inclusive, Bella Unión importa o açúcar bruto do Brasil, o qual a empresa transforma a fim de atender aos parâmetros da indústria uruguaia.

6 ASSINATURA DO ACORDO DAS CIDADES-IRMÃS BARRA DO QUARAÍ (RIO GRANDE DO SUL)-BELLA UNIÓN (URUGUAI)-MONTE CASEROS (ARGENTINA)

No encontro do Movimento Pró-Comitê da Fronteira Trinacional, que ocorreu em Bella Unión, em 28 de setembro de 2017, os municípios de Monte Caseros (Argentina), Barra do Quaraí (Brasil) e Bella Unión (Uruguai), representados por suas autoridades máximas, o intendente Miguel Anghel Olivieri, o prefeito Iad Cholie e o alcalde Luis López, respectivamente, decidem se declarar reciprocamente como cidades-irmãs para fins do desenvolvimento de ações de cooperação transfronteiriça nas diferentes áreas, mediante termos comuns a serem previamente acordados (figura 5).

FIGURA 5

Cerimônia de formalização do acordo da tríplice fronteira¹

Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

Portanto, em 21 de novembro de 2017, em Bella Unión, no Parque Los Pinos, às margens do rio Uruguai, foi realizada a cerimônia de formalização do referido acordo, pautando-se: *i*) pela Lei Municipal nº 1.855/2017, do município de Barra do Quaraí, firmada em 16 de novembro de 2017; *ii*) pela Resolução nº 252/2017, da municipalidade de Bella Unión, firmada em 20 de novembro de 2017; e *iii*) pela Ordenança nº 2.410, da municipalidade de Monte Caseros, reunida em conselho, firmada em 10 de novembro de 2017. Esses documentos legais encontram-se no apêndice 2.

O corpo da lei de Barra do Quaraí e o corpo da ordenança de Monte Caseros são similares, declarando em seus artigos a condição de cidades-irmãs, explicitando os objetivos, denominando a microrregião configurada pela área de abrangência dessas cidades como Eixo Austral da Trílice Fronteira Argentina-Brasil-Uruguai e apontando como epicentro geográfico e simbólico da integração a Ilha Brasileira. Destacam-se, entre outros, os seguintes objetivos:

- reconhecimento de laços de fraternidade;
- valorização do patrimônio tangível e intangível como elemento integrador da identidade cultural local;
- cooperação horizontal para o fortalecimento institucional e a articulação vertical com os diferentes níveis de governo dos três países;
- intercâmbio de experiências, práticas e inovações;

- incorporação da resiliência como fator estratégico de desenvolvimento;
- consideração da realidade fronteiriça no planejamento; e
- gestão integrada de políticas públicas.

Os documentos oficiais desses municípios também instruem a composição de um Comitê Trinacional do Eixo Austral, órgão paritário e de representação paradiplomática, a partir da indicação de representantes de agentes públicos e privados, entre outras disposições.

A formalização da municipalidade de Bella Unión leva em consideração os encontros e intercâmbios precedentes e o interesse comum das três cidades – em poucas palavras, declara Barra do Quaraí e Monte Caseros cidades-irmãs, com base no compromisso de cooperação cultural e turística das três cidades.

A cerimônia em que seria firmado o acordo de cidades-irmãs estava prevista para ocorrer em Monte Caseros. Os ventos do sudoeste, porém, agitaram as águas dos rios Uruguai e Quaraí o suficiente para que o cruzamento ficasse impedido pela Marinha por várias horas. Diante disso, a cerimônia foi transferida para o Parque Los Pinos, que abriga o grande balneário da região, a *playa* Los Pinos. Pelo mesmo motivo das condições do tempo, a visita à Ilha Brasileira pela equipe do Ipea também foi suspensa (figura 6).

FIGURA 6

Registro final da assinatura do acordo da tríplice fronteira (Brasil-Uruguai-Argentina)¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

7 LEITURA DO ESPAÇO DOS ARRANJOS TRANSFRONTEIRIÇOS

7.1 Arranjo transfronteiriço Uruguaiana-Paso de los Libres (Argentina)¹⁶

7.1.1 Uruguaiana

Uruguaiana, com 129.784 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2017, é o 14º município em tamanho de população no estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se às margens do rio Uruguai, na fronteira oeste do estado, a uma distância de 643 km de Porto Alegre. Faz limite e compõe um arranjo espacial transfronteiriço com Paso de los Libres, na Argentina. É a segunda maior cidade fronteiriça brasileira, superada apenas por Foz do Iguaçu (Paraná).

Integra-se ao bioma Pampa – termo de origem quíchua, língua indígena falada por povos da América do Sul. A área do atual município, no ano do descobrimento do Brasil, era habitada por índios charruas, ou seja, ribeirinhos (índios que viviam nas margens dos cursos d'água). Além disso, há sítios arqueológicos dos charruas classificados entre os mais antigos do sul do Brasil.¹⁷

A partir de 1835, com o desenrolar da Revolução Farroupilha, o governo republicano apoderou-se de toda a margem do rio Ibicuí e houve a necessidade de fundar um povoado na margem esquerda do rio Uruguai, estratégica do ponto de vista militar e fundamental do ponto de vista fiscal, por ser fronteira. O novo povoado foi chamado de Santana do Uruguai e foi fundado em 24 de fevereiro de 1843. A demarcação das divisas da cidade e o traçado das ruas devem-se ao duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, e a Domingos José de Almeida. Em 1846, criou-se o distrito de Uruguaiana, elevado à categoria de vila em 1892. A sede situava-se no povoado de Santana do Uruguai. Em 6 de abril de 1874, pela Lei Provincial nº 898, elevou-se à condição de cidade, com a denominação de Uruguaiana.¹⁸

É uma das poucas cidades planejadas no Brasil do século XIX com um traçado ortogonal e um desenho urbano “completamente gaúcho”, sem influências de fora, como contou Alexandre Cunha, da equipe do projeto e com grande vivência na cidade. Ruas e calçadas largas, limpas, arborizadas, preparadas para enfrentar o verão, que dizem passar dos quarenta graus. A avenida central, Getúlio Vargas, está equipada com uma ampla ciclovia entre as duas pistas de circulação de veículos, devidamente cercada, com várias aberturas para o cruzamento de pedestres.

16. As atividades de leitura do espaço urbano de Uruguaiana aconteceram em diversos momentos entre os dias 20 e 24 de novembro de 2017, durante a estada da equipe na cidade.

17. Para mais informações sobre Uruguaiana, consultar o sítio oficial do município, que traz uma ampla abordagem histórica e da situação atual, organizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Semude). Disponível em: <<https://www.uruguaiana.rs.gov.br/>>.

18. Mais informações sobre a formação administrativa do município estão disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uruguaiana>>.

Logo no primeiro percurso pela cidade, chamou atenção o hábito, comum a todos os motoristas, de parar nas faixas para a travessia de pedestres (figura 7).

FIGURA 7

Uruguiana: avenida Getúlio Vargas¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 24 de novembro de 2017.

A trajetória histórica da cidade resultou em um belíssimo patrimônio arquitetônico, que data do final do século XIX. Um exemplo é a Catedral de Santana, cujo início da construção data de 1861; em 1906, ela foi incendiada e, em 1926, demolida – sua reconstrução foi concluída em 1946. A praça Barão do Rio Branco (figura 8), antiga praça da Rendição, foi demarcada em 1843, e em seu entorno situam-se mostras dessa história: além da catedral, os edifícios onde funcionam a biblioteca pública, de meados do século XIX; o centro cultural, de 1913; o clube comercial, de 1899; o Clube Caixeiral, de 1912; o palácio Rio Branco, de 1901, onde se localiza a prefeitura; e o palácio Borges de Medeiros, de 1927, onde se situa a Câmara de Vereadores.

FIGURA 8

Uruguaiana: praça Barão do Rio Branco, prefeitura, centro cultural e Catedral de Santana¹
8A – Praça Barão do Rio Branco



8B – Prefeitura



8C – Centro cultural



8D – Catedral de Santana



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 24 de novembro de 2017.

Outros casarões compõem o acervo histórico e arquitetônico da cidade, alguns mais antigos e outros mais modernos, como o mercado municipal (figura 9). Central, o prédio foi erguido sob pilotis, e a galeria na fachada principal é ocupada por poucas bancas de hortigranjeiros, lanchonetes e lojinhas de artesanato e doces locais. Ao lado do mercado, há uma ruela completamente arborizada, que serve de passagem para inúmeros pedestres.

FIGURA 9

Uruguaiana: antigo mercado municipal¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 24 de novembro de 2017.

O rio Uruguai é um dos cartões-postais da cidade. À noite, de sua margem, avista-se a ponte reta, comprida, iluminada, refletindo suas luzes em um espelho d'água por vezes calmo, quase parado (figura 10).

FIGURA 10

Uruguaiana: vista da Ponte Internacional (à direita, na outra margem do rio, luzes da Costanera, em Paso de los Libres)¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 23 de novembro de 2017.

Nessa margem, veem-se oferendas a Iemanjá, feitas por determinados grupos de pessoas. Conta-se que esses ritos e religiões são proibidos na Argentina, com pena até de prisão. Então, as pessoas cruzam a ponte para fazer os seus despachos. Além dos alimentos ofertados, às vezes sobram animais vivos, que no dia seguinte são encontrados pelos profissionais que cuidam das construções próximas.

Em 2 de fevereiro, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes enche o rio de barcos enfeitados e o andor segue em procissão até a igreja de Nossa Senhora do Carmo, que está na cabeceira da ponte, bem em frente às torres – uma igreja branca, neomedieval, iluminada pelo sol, que se põe na Argentina (figura 11). É uma festa sincrética. Logo depois da ponte, às margens do rio, encontra-se uma estátua enorme de Iemanjá, voltada para as águas, para a Argentina. Bem perto, entre o clube náutico e o de tênis, há uma pequena orla em que bares e restaurantes fazem o *point* da cidade. Tudo isso torna aparente uma cidade tranquila, sem perigos, segura, apesar de ações de gangues de menores que arruam e brigam entre si, como dizem os moradores.

FIGURA 11
Uruguiana: igreja de Nossa Senhora do Carmo¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 24 de novembro de 2017.

Não só pelas oferendas, que anunciam religiões de origem africana, o afrodescendente é bastante presente na cidade. Um jovem afrodescendente de uns 18 anos conversou com uma das pesquisadoras na praça Rio Branco, enquanto ela fotografava o movimento da cidade e os edifícios históricos. “A senhora não é daqui? Pergunto porque está fotografando a cidade”, disse ele. A pesquisadora respondeu que não e que estava encantada com a cidade, o jovem retrucou: “Bonito só isto aqui. O resto é um abandono. Nos bairros, há esgoto nas ruas... E dizem que 90% da cidade possui rede de esgotos”. A moradora vivia em um bairro afastado do centro, exatamente na região onde seriam relocados os atingidos pela última cheia, em casas construídas especialmente para eles, nas Áreas Verdes. “Mas eles não querem ir, e as casas estão abandonadas. São pescadores, vivem da pesca, como ficar longe do rio?”, indagou a senhora. Questionada se já havia atravessado a fronteira, se conhecia “Libres”, como se diz por aqui, disse que não, nunca, nem suas amigas e vizinha. Só o irmão conhecia a cidade, pois foi a uma festa por lá, uma única vez. “É muito complicado ir para lá”, finalizou para a pesquisadora.

Tentamos conhecer a forma de atravessar a ponte por meio de transporte público. Informações desconstruídas sobre a parada de ônibus nos levaram a um périplo desde o terminal rodoviário, primeira orientação recebida, até o terminal urbano. A cada esquina alguém nos dava uma informação diferente, o que mostrou que a ida é realmente difícil. No terminal urbano, descobrimos que ali não passava nenhum ônibus para Libres. Além disso, perguntamos às pessoas se cruzavam a fronteira, mas, como o jovem da praça, o “nunca” era a resposta unânime entre os populares. Já entre as pessoas aparentemente de classe média, algumas já haviam ido, sabiam de alguém que foi; porém, com o câmbio atual, confirmavam que não era favorável ir às compras do outro lado – alegavam também que ir de carro é um problema. “Eles sempre acham um motivo para parar, multar e até apreender o veículo, e para resolver é difícil”, disse uma elegante senhora na varanda do restaurante da praça Barão do Rio Branco. De volta ao hotel, nos disseram que o ônibus passa a cada hora, “atrás do terminal rodoviário”.

Na área da cidade conhecida como “baixada”, de onde se acessa a ponte sobre o rio Uruguai, trilhos também retratam um passado certamente mais glorioso. A Ponte Internacional (ex-rodoferroviária), inaugurada em 1947, tem 1,4 km de extensão e um trajeto reto até alcançar o controle fronteiriço na outra cabeceira. É monumental, e os arcos de acesso viário permitem visões bonitas das duas torres simbólicas na entrada, iluminadas e enfeitadas de acordo com os eventos considerados importantes (figura 12). Vista do alto, a ponte é como um traço extremamente reto, cortando um rio escurecido, largo.

FIGURA 12

Uruguaiana: Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Justo¹

Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 20 de novembro de 2017.

Em entrevista, alguns moradores afirmaram que, em vários momentos do dia, o fluxo contínuo de veículos fica completamente parado devido ao fato de os caminhões deixarem a Argentina e se enfileirarem para passar pela alfândega brasileira. A questão é que a vistoria argentina libera as cargas e os caminhões aos poucos, em comboios, e nesses momentos a alfândega brasileira fica congestionada. O mesmo foi observado no sentido contrário, pela equipe do Ipea, na tarde de 20 de novembro, na travessia para Paso de los Libres – até os veículos que não precisam ficar na fila para trâmites de entrada de cargas são obrigados a permanecer ali, pois em todo o trajeto sobre a ponte a ultrapassagem é proibida. Leva-se, então, mais de uma hora para a conclusão do cruzamento da ponte. Um problema desencadeado por essa prática está relacionado à capacidade da ponte, que vem sendo ameaçada pelo peso que permanece estacionado por horas sobre sua estrutura, já bastante antiga.

As pessoas que precisam atravessar com mais frequência também reclamam, uma vez que, em muitos horários, formam-se intermináveis filas para o registro da entrada no país, obrigando o morador fronteiriço a controles que não espelham uma situação de reciprocidade aos trâmites brasileiros. No passo fronteiriço, o controle de entrada do lado brasileiro é praticamente inexistente a quem não transporta mercadorias, ao mesmo tempo que é completamente rígido e burocrático para quem entra no lado argentino (figura 13) – todas as pessoas devem preencher o protocolo de entrada e de saída ou carimbar o passaporte. Nesse espaço, não se aceitam carteiras de motorista como documento de identidade, e a carteira de

identidade deve ter sido emitida recentemente. No verão, as filas se tornam ainda maiores, pois essa é a principal passagem dos veranistas argentinos em busca do litoral brasileiro, principalmente o catarinense.

FIGURA 13
Paso de los Libres: controle migratório¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 20 de novembro de 2017.

Na baixada, bem em frente à alfândega, começa o camelódromo – centro comercial popular de produtos importados. Os portais das pontas aparentam uma estação de trem (figura 14), e as lojas são cubículos que se alinham nas laterais e ao centro, com um corredor no meio. Esse conjunto sobe em direção ao centro por várias quadras.

FIGURA 14
Uruguiana: um dos portais do camelódromo e casario das vias laterais¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 24 de novembro de 2017.

Em cada lateral, existem vias estreitas para a circulação de veículos, uma no sentido centro-baixada, outra na direção inversa. As fachadas dos prédios que permanecem nessas laterais explicam por onde a cidade começou a se formar: pelo casario do início do século XX, que atualmente serve a pontos comerciais, e até sobram algumas residências e alguns locais vazios, malconservados, mas com muitas construções originais ainda em pé, formando um importante conjunto contínuo (figura 14). O comércio instalado nessas laterais expressa também os

vários povos que comercializaram e comercializam na região – de árabes a chineses, passando, claro, pelos argentinos. Diz-se que os produtos, em sua maioria, vêm de São Paulo, da feira da madrugada; os vendedores e consumidores são majoritariamente argentinos, pois o câmbio agora os favorece; os proprietários, por sua vez, certamente são brasileiros, já que isso facilita a documentação e o alvará de funcionamento; por fim, entre os traços da história, a mescla de culturas está sintetizada no nome de uma grande loja: El Turco.

Se essa mescla de culturas cria uma identidade local, a fronteira está onipresente na composição do imaginário urbano de Uruguaiana. São incontáveis os comércios com nomes associados à fronteira, muitas vezes misturando o espanhol com o português, como La Frontera, moda jovem gaúcha; restaurante e lancheria Três Pátrias; farmácias Fronteira; e o periódico local, *Diário da Fronteira*.

O mesmo se dá na fala das pessoas, particularmente entre os populares, que vão usando palavras do espanhol, por vezes inteiras, por vezes abasileiradas. Observamos isso desde a chegada: um impressionante sotaque e o uso de palavras que se mesclam ao espanhol (espinilho, zorrilho). O principal traço identitário, no entanto, é o gauchismo: até o Papai Noel, de uma vitrine pronta para o Natal, tomava um chimarrão!

7.1.2 Paso de los Libres

A população estimada para Paso de los Libres, em 2017, foi de 52.780 habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) da Argentina.¹⁹ Situa-se na província de Corrientes, a 410 km da capital homônima. É uma cidade com relevância histórica no processo de libertação nacional. Uma de suas memórias mais marcantes, porém, é ter vivido a batalha de Yatay contra o Paraguai, em 1865, durante a Tríplice Aliança.

Para reconhecer esse espaço urbano e aferir as conexões com Uruguaiana, em 20 de novembro de 2017, à tarde, a equipe cruzou a Ponte Internacional e, de imediato, fez o reconhecimento de campo dos trâmites fronteiriços, confirmando a assimetria entre as exigências desse controle em relação ao brasileiro. Era uma segunda-feira, e feriado na Argentina (Dia da Soberania Nacional), portanto, a demanda por entrada de brasileiros era pequena, já que o comércio e os serviços da cidade estavam fechados.

O acesso ao centro desde o cruzamento da fronteira se dá pela avenida San Martín, por via estreita e movimentada, beirando o rio Uruguai, margeada por construções antigas, enormes galpões, alguns já refuncionalizados como *free shops*, danceterias e serviços. A cidade também aparenta calma, tem um traçado ortogonal nas áreas centrais

19. Projeções elaboradas com base nos resultados do *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*.

e mostra um importante acervo arquitetônico que historia momentos áureos, mas é menos imponente que a vizinha Uruguiana.

A Plaza Independencia – principal, central, grande, arborizada – mescla, em suas laterais, edifícios do início do século XX, como o Club Progreso, de 1936, que se diferencia dos demais por sua fachada em *art déco* (figura 15). A igreja de San José, em frente à praça, também tem uma antena de celular que se impõe entre suas torres. Nessa praça, a mais antiga da cidade, é surpreendente o conjunto de monumentos que sintetizam a história local, como o monumento ao General Madariaga (e aos 108 *valientes*), que promulgou, em 1843, a fundação do povoado já denominado Paso de los Libres, além de homenagens aos caídos nas Malvinas, a Eva Perón, entre outros.

FIGURA 15

Paso de los Libres: igreja de San José, 108 *valientes* e Club Progreso e o monumento ao General Madariaga¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 24 de novembro de 2017.

A poucas quadras da Plaza Independencia, situa-se a Plaza España, com um grande acervo natural. Outros tantos parques públicos, balneários, espaços culturais e um patrimônio histórico e arquitetônico em bom estado são elementos que dão vida aos moradores e atraem visitantes. O que mais atrai os brasileiros, porém, é o centro comercial que se instala na rua Colón e arredores. A Costanera também é um grande atrativo. Situada às margens do rio Uruguai, é, ao mesmo tempo, um agradável espaço de caminhadas e descanso à sombra de uma generosa arborização e, à noite, um referencial de divertimento muito frequentado, com bares que alcançam a beira do rio. Na Costanera, encontram-se a sede da Prefeitura Naval Argentina e o Club Náutico de Paso de los Libres – partindo daí, já de volta, a equipe pôde desfrutar o *skyline* distante de Uruguaiana e a linha reta da Ponte Internacional (figura 16).

FIGURA 16

Paso de los Libres: visão da Ponte Internacional e de Uruguaiana¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 20 de novembro de 2017.

7.2 Arranjo transfronteiriço Barra do Quaraí (Brasil)-Bella Unión (Uruguai)-Monte Caseros (Argentina)

7.2.1 Barra do Quaraí

Uma hora de viagem é o que se leva de carro de Uruguaiana a Barra do Quaraí, em um percurso de 72 km pela BR-472, rodovia retíssima, asfaltada, porém com vários trechos malconservados e muitos animais silvestres mortos na pista, a maioria zorrilhos, uma espécie de gambá típico da região. É um trajeto em pleno Pampa gaúcho, no qual se avistam enormes arrozais e beneficiadoras.

Barra do Quaraí desmembrou-se de Uruguaiana pela Lei Estadual no 10.655, de 28 de dezembro de 1995, e elevou-se à categoria de município. Com 4.223 habitantes, segundo a estimativa do IBGE para 2017, vivia um bom momento econômico, pois já conta “com três postos de gasolina e um supermercado com 150 funcionários”, como disse o vereador Fernando Alonso, que nos recebeu e completou afirmando que, “quando o Brasil está mal, a fronteira está bem”. Com o real valorizado, todos cruzam a fronteira – nos finais de semana, por exemplo, o movimento aumenta. Saindo das ruas principais, que acabaram de ganhar semáforos por conta do aumento do movimento, as demais não têm pavimento, e as calçadas, quando existem, são poucas (figura 17).

FIGURA 17
Barra do Quaraí: rua central e parque Beira-Rio¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

Grande parte da cidade está em área de inundação – a Câmara de Vereadores, por exemplo, tinha um prédio próprio que, na última cheia, ficou comprometido. Atualmente, o órgão encontra-se em um prédio da prefeitura.

A equipe e os representantes das três cidades trifronteiriças reuniram-se no parque Beira-Rio, às margens do rio Quaraí, que a 6 km dali deságua no rio Uruguai, onde foram apresentados os marcos atuais e históricos da cidade de Barra do Quaraí e discutidos alguns problemas latentes. Nesse parque, estavam as instalações dos Fuzileiros Navais, que guarneceram essa região da fronteira na segunda metade do século XX. O parque oferece uma vista privilegiada das pontes que interligam os países, dispostas de maneira paralela (figura 18): uma é de concreto, que começou a operar em 1976, e a outra é de ferro, de 1915, a qual foi construída pelos ingleses para a ferrovia que se estendia até Montevideú.

FIGURA 18
Barra do Quaraí: pontes internacionais¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

A ponte de ferro mantém a memória de um passado em que, bem próximo dali, encontravam-se os saladeiros, onde se produzia o charque, principal atividade econômica da região, que era levado para o Uruguai pela ferrovia. Além disso, conta-se que, até a Primeira Guerra Mundial, era muito expressivo o abate de gado na região. Tanto a estação ferroviária, em Barra do Quaraí, quanto as instalações dos saladeiros encontram-se em ruínas, e a comunidade vem pleiteando recursos para a recuperação histórica desses importantes sítios. Aponta-se, ainda, a existência de um sítio arqueológico do Brasil Império, a Coxilha do Pai Passo, que merece mais atenção.

A ponte, do final do século XIX, também é um patrimônio potencial a ser turisticamente explorado. Foi projetada pela Crimeia, não é tombada e não há documentação sobre a quem pertence – por essa razão, ela não foi demolida até então. Há, também, as instalações dos Fuzileiros Navais, que guarneceram a fronteira,²⁰ recentemente passadas em comodato para o município com a finalidade de ser usadas para alguma outra função pública. A expectativa dos moradores é que esses espaços sejam transformados em um centro cultural, um centro de formação de jovens, ou mesmo um centro de apoio ao turismo, à pesca esportiva.

A equipe cruzou a ponte de concreto rumo a Bella Unión, no Uruguai. Todos ficaram impressionados com a ausência de qualquer controle aos veículos e passageiros que deixavam o Brasil e adentravam o país vizinho. Havia algumas

20. Para mais detalhes, ver a entrevista de Paulo Lemos na seção 2 deste capítulo.

poucas instalações, aparentemente vazias. Do lado uruguaio, a infraestrutura construída era mais imponente e havia policiais observando a movimentação. Porém, assim como no lado brasileiro, nenhum documento foi solicitado (figura 19).

FIGURA 19

Barra do Quaraí e Bella Unión: controles fronteiriços¹

Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

7.2.2 Bella Unión

Integrado ao departamento de Artigas, o município de Bella Unión possuía 12.200 habitantes em 2011, conforme o censo divulgado pelo Instituto Nacional de Estadística (INE) do Uruguai.²¹ Situa-se a 139 km de Artigas, capital, e a 630 km de Montevidéu – até Barra do Quaraí, a distância é de 7,7 km. Cruzada a fronteira Brasil-Uruguai, antes de chegar à sede do município, tomando uma derivada da *ruta* 3, a equipe deslocou-se para uma visita técnica à Alur,²² na qual inteirou-se de sua importância econômica tanto para o município de Bella Unión quanto para o país.

Da Alur, o grupo dirigiu-se ao centro urbano de Bella Unión, passando por ruas comerciais e *free shops*, e chegou ao parque Artigas, às margens do rio Uruguai, um recanto amplo, com várias churrasqueiras dispersas para o uso da comunidade (figura 20). No parque, reuniram-se autoridades e membros da comunidade local em uma conversa informativa sobre alguns problemas comuns da região.

21. Disponível em: <<http://www5.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/artigas.html>>.

22. Ver o relato da visita técnica à Alur na seção 5 deste capítulo.

FIGURA 20
Bella Unión: visita técnica ao parque Artigas¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
 Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

O intendente departamental de Artigas, Pablo Caram Murillo, juntou-se à comitiva. Alcalde e intendente ressaltaram a importância da cooperação entre as duas cidades; destacaram as relações familiares, particularmente os filhos de brasileiros com uruguaios; lembraram que em Barra do Quaraí não há bombeiros e que Bella Unión dá essa cobertura; trouxeram para nossa reflexão que a cidade se encontra a 130 km de Salto Grande, no rio Uruguai, e que ali se detectou o problema do mexilhão-dourado (com o retardamento das medidas de combate, o molusco se reproduziu em larga escala, provocando um sério problema ecológico);²³ lamentaram que as ametistas existentes na região fossem contrabandeadas para Soledad; e, por fim, salientaram que o carnaval de Artigas é o maior do Uruguai e que teve origem no carnaval do Brasil.

Próximo a esse parque fica o porto de Bella Unión, onde se toma o pequeno barco de passageiros para a travessia a Monte Caseros, na Argentina (figura 21). Comunidade e autoridades locais apontaram a necessidade de se viabilizar a construção de uma ponte para servir de conexão entre as duas cidades.

23. Espécie invasora originária da Ásia que chegou à América do Sul tendo a Argentina como ponto de entrada. Possui grande capacidade de reprodução e dispersão e praticamente não tem predadores na fauna brasileira, portanto, o mexilhão se espalha com rapidez. Provoca a destruição da vegetação aquática; disputa alimentos com os moluscos nativos; entope canos e dutos de água, exigindo frequente limpeza; e causa prejuízos à navegação, com o comprometimento de boias, trapiches, motores e estruturas das embarcações. Mais informações disponíveis em: <<http://www.ibama.gov.br/especies-exoticas-invasoras/mexilhao-dourado>>.

FIGURA 21
Bella Unión: porto de embarque/desembarque para Monte Caseros (Argentina)¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

Em continuidade, a equipe e os integrantes da comitiva dirigiram-se ao museu indígena Santa Rosa de Cuareim (figura 22). Há quarenta anos, Julio Cesar Cardozo, idealizador, organizador e “sonhador” do museu, que gentilmente acolheu a comitiva, participa da coleta e da organização de objetos, majoritariamente dos guaranis, encontrados em arrastos nas áreas de inundação dos rios Uruguai e Quarai, compondo um acervo de arte lítica de 1.500 a 400 anos atrás.

FIGURA 22
Bella Unión: visita ao museu indígena¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

Outro parque visitado foi o que abriga a praia Los Pinos, onde realizou-se a cerimônia de assinatura do acordo das três cidades-irmãs.²⁴ Foi um evento importante, pois demonstrou o grau de maturidade institucional e integração existente entre os municípios da tríplice fronteira. A comitiva foi recebida com um churrasco, em um magnífico cenário de *pinus* brancos à beira do rio Uruguai, sob um vento minuano que trouxe um frio inesperado. O local do churrasco, ainda em construção e sem a cobertura concluída, tinha janelões voltados para o rio, criando uma bonita paisagem: na amplidão do parque, o bosque de *pinus* atravessava uma bruma cinza e alcançava a margem do rio, também largo, em sua calma aparente (figura 23).

FIGURA 23
Bella Unión: playa Los Pinos¹



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.
Nota: ¹ Em 21 de novembro de 2017.

24. Conferir o relato na seção 6 deste capítulo.

Terminada a cerimônia, a equipe retornou ao centro urbano de Bella Unión, onde confirmou a concentração de lojas, *shopping centers* e supermercados à espera do consumidor brasileiro, que naquele período não encontrava vantagens devido ao valor da moeda.

7.2.3 Monte Caseros

Monte Caseros é a capital do departamento homônimo, situado na província de Corrientes. Possuía, em 2017, uma população de 40.515 habitantes, conforme as estimativas do INDEC. Sua distância até Corrientes, capital da província, é de 395 km – apenas o leito do rio Uruguai separa o município de Bella Unión. Para alcançar essa cidade-irmã por rodovia, no entanto, deve-se optar por um dos trajetos: pela RN-14 e pela BR-472, via Uruguiana, em um percurso de 200 km; ou via Salto, pela *ruta* 3 e pela RN-14, em um trajeto de 305 km. Está prevista a construção de uma ponte para diminuir essa distância, ligando o Uruguai e a Argentina em Mocoretá (Argentina), a 72 km de Monte Caseros.

As condições do tempo impediram o deslocamento da equipe até Monte Caseros, evidenciando a precariedade da mobilidade entre as duas localidades, restrita a lanchas para passageiros, ligando cidades que estão separadas por um rio – ou seja, cidades-irmãs, porém sem uma ponte que facilite a comunicação com as duas outras. A travessia é feita por pequenas lanchas, em poucos horários ao dia, até por volta das 18h. Na data em que deveríamos cruzar o rio, o serviço foi suspenso pela Marinha brasileira, devido aos fortes ventos. Por volta das 16h, quando passamos pelo porto, a travessia mal havia iniciado, e ainda com a luz do dia, era preciso que dessem conta da grande fila de espera que se formara. Segundo o portal Trinacional,

o serviço de lanchas faz o transporte quatro vezes ao dia, a partir das 9h, e pela parte da tarde inicia [as travessias] às 14h e as encerra às 17h, causando frequente insatisfação naqueles que precisam de mais tempo para tratar de negócios e afazeres. Há dias em que as lanchas não “cruzam” o rio devido ao vento forte, às chuvas, ao mau tempo. Apesar das dificuldades impostas pela precariedade da travessia, a população das duas cidades realiza um intenso comércio, bem como um intercâmbio cultural e turístico.²⁵

Em abril de 2017, a Comisión Administradora del Río Uruguay (CARU) abriu uma licitação internacional para a construção de uma ponte para unir Bella Unión e Monte Caseros. A ponte, situada ao sul de Bella Unión, teria 1,78 km de extensão, duas vias, espaço para o trânsito de veículos, pedestres e ciclovia. No mesmo ano, foram realizadas audiências públicas nas duas cidades, nas quais se informaram as características da obra e se discutiram os impactos que seriam causados na região, particularmente referentes à contaminação hídrica e ao comprometimento da

25. Disponível em: <<http://www.trinacional.com/trinacional/ponte.html>>.

biodiversidade local, além de controvérsias relativas às desapropriações²⁶ – até a visita da equipe, porém, não havia certeza da construção da obra.

Além das dificuldades físicas da travessia pública, o passageiro ainda deve obedecer aos trâmites da migração – são várias autorizações por meio de carimbos obtidos em pontos distintos da cidade, não no embarque. Essas são questões que dificultam a integração entre os municípios e precisam ser melhoradas.

7.3 O arranjo transfronteiriço na tríplice fronteira

Região de muita beleza natural e de bastante atratividade. A equipe visitou grandes parques naturais e urbanos, e passou pela ponte histórica, no lado que demarca a presença inglesa na região. Além disso, percebeu o comando exercido pelos cursos d'água, que decidem a mobilidade das pessoas, sustentam e prometem um lazer ainda mais exuberante, pois as ilhas fluviais, incluindo a Ilha Brasileira, oferecem um relevante potencial natural e histórico. No entanto, a equipe constatou também a presença de áreas ambientalmente vulneráveis, a ser protegidas antes que atividades como o turismo sem controle ou o aumento de navegação fluvial as comprometam definitivamente (figura 24).

FIGURA 24

Arranjo transfronteiriço Barra do Quaraí (Brasil)-Bella Unión (Uruguai)-Monte Caseros (Argentina)



Fonte: Google Maps.
Elaboração de Gustavo Ferreira.

Por fim, a equipe observou que as pessoas, das três cidades, dos três países, apesar das dificuldades de comunicação, mantêm-se em fluxos de intercâmbios

26. Informações adicionais disponíveis em: <<http://www.trinacional.com/trinacional/ponte.html>>.

contínuos, além de exprimirem um forte envolvimento comunitário, com senso à condição de uma comunidade trinacional, colocando-se abertas à cooperação. Confirmou-se também que, além da irmandade expressa e formalizada entre as três cidades, elas conformam um conjunto com um forte potencial econômico a ser explorado e com inúmeras possibilidades de articulação e compartilhamento para a realização de funções públicas de interesse comum, as quais serão cada vez mais demandadas pelo crescimento da população e das manchas de ocupação urbana do arranjo transfronteiriço. Por se tratar principalmente de uma tríplice fronteira, ainda há muitos desafios a ser transpostos.

